

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIELA MOREIRA DE SOUZA

RELAÇÃO ENTRE DÍVIDA CONSOLIDADA E RECEITA CORRENTE
LÍQUIDA DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 200
MIL HABITANTES DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL

DOURADOS/MS

2018

GABRIELA MOREIRA DE SOUZA

**RELAÇÃO ENTRE DÍVIDA CONSOLIDADA E RECEITA CORRENTE
LÍQUIDA DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO SUPERIOR A 200
MIL HABITANTES DA REGIÃO CENTRO-OESTE DO BRASIL**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Juarez Marques Alves

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Martins Noriller.

Prof. Dra. Maria Aparecida F. de S. Nogueira.

Dourados/MS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S729r Souza, Gabriela Moreira De

Relação entre dívida consolidada e receita corrente líquida dos municípios com população superior a 200 mil habitantes da região Centro-Oeste do Brasil / Gabriela Moreira De Souza -- Dourados: UFGD, 2018.

80f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Juarez Marques Alves

TCC (Graduação em Ciências Contábeis)-Universidade Federal da Grande Dourados

Inclui bibliografia

1. Receita. 2. Dívida pública. 3. Gestão pública. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois, reconheço que sem ele jamais seria possível conseguir forças para trilhar esse caminho até o fim. Aos meus pais Eduardo de Souza e Maria do Carmo Moreira de Souza que são minha base para tudo, obrigado por todo o apoio, incentivo, carinho e principalmente por nunca nem por um segundo terem duvidado da minha capacidade e força de vontade para chegar até a conclusão dessa etapa. As minhas tias Ezangela da Silva Souza e Elisangela de Souza que desde o início de minha educação estiveram presentes e me auxiliaram sempre que possível, aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado me dando carinho e sendo meus companheiros.

A minha grande amiga e namorada Gleici, que esteve do meu lado por todo esse caminho e sonhou junto comigo até aqui, e continuaremos sonhando e realizando juntas daqui por diante.

Aos meus colegas de turma, em especial meus grandes amigos e presentes que a Universidade me proporcionou, Gustavo Scherer, Giulia Nóbrega, Dayane de Brito Rufato, Henrique da Silva Sobrinho e João Pedro de Barros obrigado por tudo que passamos até aqui, por todas as histórias que tive a honra de poder compartilhar com vocês, a partir daqui eu desejo todo sucesso do mundo a vocês e que possamos carregar muito mais do que só as histórias e sim a presença de cada um na vida do outro.

A Universidade Federal da Grande Dourados por todo o suporte e estrutura fornecida para que concluísse o meu curso. Aos professores do curso, pelo conhecimento, pelo incentivo e motivação, em especial ao meu querido professor Rafael Martins Noriller que tem me auxiliado e incentivado no decorrer do curso, e me motivou a seguir a carreira profissional em que eu já havia despertado interesse, meus mais sinceros agradecimentos por seus ensinamentos e amizade durante esse período.

Ao meu orientador Juarez Marques Alves, pela paciência e disponibilidade para que pudéssemos concluir este trabalho, pelos ensinamentos que são e sempre serão de grande serventia a carreira profissional que almejo, e agradeço pelo profissional dedicado e responsável que sempre demonstrou ser, e provou durante o período em que me orientou.

Enfim, a todos que contribuíram para minha formação acadêmica, profissional e pessoal até aqui, meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo responder o seguinte questionamento: “Qual o comportamento da dívida consolidada dos municípios pesquisados da região centro-oeste em relação a receita corrente líquida, tomando por base os percentuais determinados pelo senado federal no período de 2010 a 2017?”, A principal motivação desse trabalho é a de poder dar à sociedade uma ideia geral do cenário atual da região no que tange ao endividamento público e a receitas para custeio do mesmo e dos gastos públicos em geral. Para tanto, os dados foram extraídos de artigos relacionados, legislações vigentes como também do relatório de gestão fiscal, onde contém dados sobre a Receita Corrente Líquida e Dívida Consolidada/Consolidada Líquida. É uma pesquisa quantitativa de análise descritiva dos dados. Considerando o objetivo geral do trabalho ficou evidente a relação positiva de aumento da RCL com a DC em aproximadamente 67 % dos casos. Sendo assim, um aumento na RCL impacta de forma positiva a DC na maioria dos municípios pesquisados.

Palavras-chave: Receita; Dívida Pública; Gestão Pública.

ABSTRACT

This paper aims to answer the following question: "What is the behavior of the consolidated debt of the municipalities surveyed in the central-west region in relation to net current revenue, based on the percentages determined by the Federal Senate in the period from 2010 to 2017? The main motivation of this work is to be able to give the society a general idea of the current scenario of the region with regard to public indebtedness and revenues for its cost and public spending in general. For this purpose, the data were extracted from related articles, current legislation as well as from the fiscal management report, which contains data on Net Current Income and Net Consolidated / Consolidated Debt. It is a quantitative research of descriptive analysis of the data. Considering the general objective of the study, it was evident the positive relationship of increase of RCL with DC in approximately 67% of the cases. Thus, an increase in the RCL has a positive impact on DC in most of the cities surveyed.

Keywords: Revenue; Public debt; Public administration.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo Geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	13
2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO	13
2.3 RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	14
2.3.1 Receitas Orçamentárias	15
2.3.1.1 Receita Corrente.....	15
2.3.1.2 Receita de Capital.....	15
2.3.2 Despesas Orçamentárias.....	15
2.3.2.1 Despesa Corrente.....	16
2.3.2.2 Despesa de Capital	16
2.4 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....	16
2.5 ENDIVIDAMENTO PÚBLICO.....	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	20
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA/POP.-ALVO/AMOSTRA/UNID. ANÁLISE	20
3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	21
3.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	21
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	23
4.1 Tabela 1 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2010.....	23
4.2 Tabela 2 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2011.....	24
4.3 Tabela 3 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2012.....	25
4.4 Tabela 4 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2013.....	26
4.5 Tabela 5 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2014.....	27
4.6 Tabela 6 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2015.....	28
4.7 Tabela 7 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2016.....	29
4.8 Tabela 8 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2017.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS	32
ANEXO A - CUIABÁ.....	34

ANEXO B - VÁRZEA GRANDE.....	39
ANEXO C - GOIÂNIA	44
ANEXO D - APARECIDA DE GOIÂNIA	49
ANEXO E - ANÁPOLIS	54
ANEXO F - RIO VERDE	59
ANEXO G - CAMPO GRANDE.....	63
ANEXO H - DOURADOS	68
ANEXO I - DISTRITO FEDERAL	73

1 INTRODUÇÃO

As despesas governamentais brasileiras, como disposto em lei são publicadas no *site* do Tesouro Nacional para esclarecimento e transparência, porém, grande parte da população não consegue extrair informações que esclareçam suas dúvidas sobre, por exemplo, a situação atual em que se encontram os Estados, Municípios e a União em relação ao endividamento público, e, com base nessa situação, existe grande relevância em se trabalhar em temas relacionados e direcionados ao esclarecimento da destinação dos recursos advindos da população, sendo de interesse público portanto, podendo fazer diferença para a mesma nesse sentido.

As atividades administrativas fazem parte de nossa rotina desde os primórdios da Civilização, sendo o chefe, o responsável por planejar as ações para garantir a sobrevivência dos integrantes da tribo. Ao organizar as tarefas, executá-las e exercer o controle de tudo, se referenciando através de objetivos a serem alcançados, estava administrando, no melhor e mais atual sentido do termo, aplicável tanto às empresas privadas quanto às públicas, em todo o mundo (CARVALHO FILHO, 2015).

De acordo com Carvalho Filho (2015), a administração Pública em seu sentido mais amplo direciona-se ao benefício da sociedade, sem fins lucrativos, englobando o patrimônio do Estado e as ações de seu governo, e designa a natureza da atividade exercida pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer a atividade estatal, em seus três poderes, sendo predominantemente Executivo.

Para que a administração pública possa arcar com todas as despesas, e possa buscar satisfazer os anseios da sociedade, é necessário que haja recursos os quais podem ser integrados por arrecadação de tributos, entre outras entradas sendo eles parte das receitas públicas.

Segundo Kohama (2003) receita pública é o ingresso de recursos ao patrimônio público, mais especificamente uma entrada de recursos financeiros que se reflete no aumento das disponibilidades, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores, quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário dos valores que não lhe pertencerem.

Dentro do conceito de receita pública existe a receita corrente líquida, que se conceitua pelo somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: os valores transferidos aos Estados e Municípios pela União por determinação constitucional ou legal; as parcelas entregues aos Municípios pelos Estados por determinação constitucional; e na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o

custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes de compensação financeira, consideradas ainda as demais deduções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, sendo a mesma apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores e é, a partir desta, que são impostos os limites das contas públicas.

A administração pública é responsável pela repartição dos recursos necessários e pretensamente suficientes para que os entes políticos custeiem suas despesas, recursos esses advindos da exploração de bens e serviço e, principalmente, da cobrança e partilha de tributos, seja na forma de impostos, taxas ou contribuições (ROCHA, 2007).

Existe grande dificuldade em se verificar se as despesas públicas, se encontram de acordo com os limites dispostos em lei e também as destinações destes gastos (SILVA, 2015). Para tanto, é importante salientar que as despesas públicas no Brasil, são determinadas de acordo com várias legislações e regulamentos (SILVA, 2015).

Em situações onde a receita arrecadada pelo Estado não consegue arcar com todas as despesas da administração, são contraídas dívidas públicas, que de acordo com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (2016), é a dívida contraída pelo governo com entidades financeiras ou pessoas da sociedade para financiar parte de seus gastos que não são cobertos com a arrecadação de impostos ou alcançar alguns objetivos de gestão econômica. Estes gastos podem ser para fins de controlar o nível de atividade, o crédito e o consumo ou, ainda, captar dólares no exterior, se subdividindo em dívida interna e dívida externa, e seus principais credores são, normalmente, bancos públicos e privados que operam no País, investidores privados, instituições financeiras internacionais e governos de outros países.

Ao fazer uma dívida, o governo obtém recursos para investir em infraestrutura e programas sociais, por exemplo. Porém, caso a situação das contas do Estado saia dos parâmetros aceitáveis, mostra de que maneira o estado arca com suas dívidas e, portanto, guia o comportamento dos credores, podendo fazer com que o estado tenha seu prazo encurtado e precise desembolsar mais dinheiro com o pagamento de dívidas por causar desconfiança dos agentes econômicos. Isto faz com que o mesmo tenha menos recursos à mão para cumprir suas funções sociais e fazer investimentos (OLIVEIRA, 2017).

Com base nessas informações, é visto que o endividamento pode impactar a vida da população brasileira, existindo, portanto, uma clara necessidade de um aprofundamento na temática escolhida, sendo apresentado o seguinte questionamento: **Qual o comportamento da dívida consolidada dos municípios com população superior a 200 mil habitantes da região**

centro-oeste em relação a receita corrente líquida, tomando por base os percentuais determinados pelo senado federal no período de 2010 a 2017?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho em questão é o de estabelecer uma relação entre a dívida consolidada e a receita corrente líquida dos municípios com população superior a 200 mil habitantes da região centro-oeste do Brasil.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o relatório de gestão fiscal dos municípios pesquisados com maiores índices populacionais de cada um dos estados da região centro-oeste do Brasil, coletado no *site* SICONFI do ano de 2010 a 2017;
- Avaliar os índices de endividamento das contas públicas dos municípios pesquisados da região centro-oeste, de maneira a identificar o comprometimento ou não dos percentuais estabelecidos pelo senado federal;
- Estabelecer existência de relação entre a receita corrente líquida, e o montante da Dívida Consolidada, verificando o grau de comprometimento anual das receitas correntes líquidas.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

No Brasil qualquer despesa que a administração venha a ter, tem que estar totalmente planejada e incluída nos orçamentos para que possa ser realizada e paga, existem diversas legislações que tem o complexo papel de regular os gastos governamentais, para que todo o processo de gestão pública seja melhor administrado e fiscalizado, sendo assim mais transparente para a sociedade em geral.

Contudo, o excesso de normas acaba por fazer com que a sociedade que seria a maior interessada em verificar tais gastos nas demonstrações contábeis, não consiga compreender tais relatórios para um controle de entes da administração pública (SILVA, 2015).

Sendo assim, a principal motivação desse trabalho é a de poder melhor informar à sociedade sobre o endividamento público dos municípios pesquisados, localizados na região Centro-Oeste e poder dar à mesma uma ideia geral do cenário do endividamento atual da região no que tange à dívida e receita corrente líquida, conseguindo assim também informar se estão de acordo com legislações e limites previstos e informando se existe ligação direta entre elas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem teórica que orienta esta pesquisa adentra-se dos conceitos da administração pública, da forma que caracteriza as receitas e despesas públicas conforme são estabelecidos no orçamento público, obedecendo os limites da lei de responsabilidade fiscal.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Público é tudo o que pertence de forma condominial à sociedade, e é direcionado ao benefício dela, sem fins lucrativos, e engloba o patrimônio do Estado e as ações de seu governo (CARVALHO FILHO, 2015). O Estado não vive para si, ele cuida de administrar o que não é de sua propriedade, mas o que é coisa do homem que o compõe; logo, a administração pública terá de gerir os recursos de maneira coerente com o que é desejado pela sociedade de que se faz instrumento para tornar possível os objetivos fixados como próprios no sistema jurídico (ROCHA, 2007).

Segundo Carvalho Filho (2015) a Administração Pública designa a natureza da atividade exercida pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer a atividade estatal, em seus três Poderes, embora predomine o Executivo.

A mesma é responsável ainda pela repartição de riquezas, sendo efetuada com indicação, pela Constituição e pelas leis, de recursos necessários e pretensamente suficientes para que os entes políticos custeiem suas despesas, recursos esses advindos da exploração de bens e serviço e, principalmente, da cobrança e partilha de tributos, seja na forma de impostos, taxas ou contribuições (ROCHA, 2007).

Cunha (2012) menciona que cada ente da federação tem recursos próprios para que possam suprir as necessidades da população de sua região; o ingresso desses recursos nos cofres públicos, bem como sua aplicação na aquisição de bens e pagamento de serviços e de pessoal, devem ser feitos por critérios técnicos, que objetivam dar máxima eficiência e transparência à Administração, critérios esses que integram as chamadas leis orçamentárias, que são: o plano plurianual (PPA); as diretrizes orçamentárias (LDO); e os orçamentos anuais (LOA).

2.2 ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO

De acordo com Giacomoni (2010), o orçamento pode ser considerado uma fórmula segura de controle, tem como vantagem colocar face a face às despesas e as receitas, os impostos são autorizados anualmente, o que permite uma verificação crítica mais rigorosa das despesas a serem custeadas com a receita proveniente desses impostos.

Feitosa e Oliveira (2016), mencionam que a Constituição Federal (CF) de 1988 se adaptou ao crescimento e às necessidades da sociedade e, conseqüentemente do Estado, ocasionando uma nova visão de orçamento, tendo em vista que anteriormente o orçamento era utilizado apenas como uma peça contábil para o controle entre as receitas e as despesas públicas. Atualmente, traz o entendimento que nele estão inseridos todos os projetos e programas do governo federal, contendo assim todos os projetos de políticas públicas a serem desenvolvidos, através do qual se busca nortear toda programação política, financeira e social, passando a ser também um instrumento de planejamento.

O Orçamento Público Brasileiro é instituído através das chamadas Leis Orçamentárias de iniciativa do Poder Executivo que estabelecerão (LRF, 2000):

O plano plurianual: Institui de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada (LRF, 2000).

As diretrizes orçamentárias: Compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (LRF, 2000).

Os orçamentos anuais: Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional, compreenderá também; o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público (LRF, 2000).

No Brasil, as receitas e despesas são fundamentadas de acordo com várias legislações específicas dispostas anteriormente, porém seus limites são impostos exclusivamente pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

2.3 RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

De acordo com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP- (2017), a receita e a despesa orçamentárias assumem, fundamental importância, pois

representa o montante que a administração se apropria da sociedade por meio da tributação e a sua contrapartida aos cidadãos por meio da geração de bens e serviços.

A diferença entre essas receitas e os ingressos extra orçamentários, é que as primeiras pertencem ao Estado, transitam pelo patrimônio do Poder Público e, estão previstas na Lei Orçamentária Anual –LOA, enquanto que os ingressos extra orçamentários são recursos financeiros de caráter temporário, do qual o Estado é mero agente depositário, e não integram a Lei Orçamentária Anual (LOA), e, em geral, não têm reflexos no Patrimônio Líquido da Entidade (MCASP, 2017).

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extra orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias (MCASP, 2017).

2.3.1 Receitas Orçamentárias

Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição, por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, as receitas orçamentárias são fontes de recursos utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade, ou seja, como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento (BRASIL, 1964).

O §§1º e 2º do art. 11 da Lei nº 4.320/1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”.

2.3.1.1 Receitas Correntes

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas (BRASIL, 1964).

2.3.1.2 Receitas de Capital

Receitas Orçamentárias de Capital são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das receitas correntes, as receitas de capital em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido (BRASIL, 1964).

2.3.2 Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade (MCASP, 2017). Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extra orçamentários, sendo assim, despesa orçamentária é toda transação que depende de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada, sendo classificada em duas categorias econômicas (BRASIL, 1964):

2.3.2.1 Despesas Correntes

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital (BRASIL, 1964).

2.3.2.2 Despesas de Capital

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, sendo assim, tem correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento ou o registro de desincorporação de um passivo (BRASIL, 1964).

2.4 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, segundo o art. 48 da Lei de Responsabilidade fiscal (2000):

São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal representa um marco no aperfeiçoamento das finanças, objetivando o equilíbrio entre receitas e despesas públicas; a mesma também é a consolidação de várias leis e práticas que, apesar de já existentes não eram efetivadas pelos agentes públicos (ARAÚJO; MORAES, 2003).

Segundo Araújo e Moraes (2003, p 4), os principais aspectos da LRF são:

- a) Definição de limites com despesa de pessoal em comparação com a receita líquida, em cada nível de governo, detalhando a participação de cada Poder.
- b) Adoção de limites não maleáveis para os níveis de comprometimento público com dívidas, estabelecidos pelo Senado Federal, indicando que o não cumprimento será punido com rigor, tendo como principal instrumento garantidor de respeito a esses limites, a suspensão de transferências constitucionais, assim como a vedação a empréstimos e a celebração de convênios como Governo Federal.
- c) O estabelecimento de metas fiscais anuais e a obrigação de elaboração de relatórios trimestrais de acompanhamento, com a necessidade de criação de Conselhos de Gestão Fiscal.

d) A limitação para gastos e os chamados “restos a pagar”, principalmente em anos eleitorais.

e) A obrigatoriedade de que os entes federados adotem suas competências tributárias plenas, isto é, União, Estados e Municípios devem estabelecer, por legislação própria, os impostos e taxas que lhes são determinadas constitucionalmente, de modo a reduzir sua dependência de recursos oriundos de operações de crédito, em relação à União, no caso de Estados e Municípios, e também de socorro dos Estados, em se tratando dos Municípios.

f) Vedação à prestação de assistências financeira de um nível de governo para outro, representando um limite aos refinanciamentos de dívida, principalmente dos governos estaduais e municipais junto ao federal.

Em sua pesquisa, Linhares *et al* (2013), comenta que a promulgação da LRF teve como uma de suas principais causas promover o controle da dívida pública brasileira, a LRF é, portanto, uma das respostas aos problemas de disciplina fiscal e às contingências do *déficit* e do endividamento, enfrentadas pelos entes públicos. Devido a isso, o planejamento governamental, com bases no Plano Plurianual de Investimentos (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a na Lei Orçamentária Anual (LOA), passa a ser de extrema relevância para a efetividade das políticas fiscais (LINHARES *et al*, 2013).

2.5 ENVIDAMENTO PÚBLICO

Segundo o Art. 29 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF, 2000), dívida pública consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Constituem Dívida Consolidada, a Dívida Mobiliária, Dívida Contratual, Precatórios Posteriores a 05/05/2000 e Outras Dívidas.

O Senado Federal (2002), apresentou proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios. Os limites estabelecidos pelo Senado Federal para dívida consolidada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não podem exceder a:

No caso dos Estados e do Distrito Federal: duas vezes a receita corrente líquida (sendo, portanto 200%).

No caso dos Municípios: um inteiro e dois décimos vezes a receita corrente líquida (sendo, portanto 120%).

Segundo Art. 31. da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000):

Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três

subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I – Estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

II – Obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

Diversos autores vêm buscando um aprofundamento no estudo sobre o endividamento público, devido à grande importância que esse tema tem tomado no cenário atual Brasileiro. O peso do endividamento público no orçamento dos governos, vem sendo um problema frequente que vem afligindo a sociedade brasileira; é sabido que parte importante da arrecadação das receitas está sendo destinada ao pagamento do valor principal e seus encargos (ANDRADE; OLIVEIRA, 2017).

Nascimento (2017) estudou a trajetória da dívida pública brasileira, mais precisamente os fatores a que se devem ao aumento da mesma em níveis tão altos, foi visto que o cenário atual se deu devido às políticas tomadas antes e após a crise econômica mundial de 2008, com foco no acúmulo de reservas internacionais que levaram a um uso elevado de operações compromissadas para o seu enxugamento de liquidez.

Lazarin, Mello e Bezerra (2014), utilizando-se do indicador DCL/RCL que é a relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL), buscaram analisar a relação entre a dívida pública e os investimentos municipais; os mesmos afirmam em seus resultados que os investimentos nas áreas de gestão ambiental e urbanismo contribuem para o endividamento no Estado do Paraná.

Cruz *et al.* (2018) observaram que os limites permitidos pela legislação referentes aos índices DP/RCL, DCL/RCL e serviço da dívida foram extrapolados, e, de forma concomitante, o decréscimo do Produto Interno Bruto, a elevação das taxas de juros e os contínuos *déficits* primários a partir de 2012 revelaram a insustentabilidade fiscal fluminense e desencadearam uma forte crise fiscal no Estado do Rio de Janeiro em 2017.

Silva e Neto (2015) realizaram uma pesquisa com objetivo de identificar se no Estado de Santa Catarina houve cumprimento dos limites fiscais relativos à Dívida Consolidada Líquida, buscando em uma esfera estadual o estudo dos limites fiscais da DCL num ente da esfera estadual; diferentemente dos demais estudos encontrados, que tratavam da esfera municipal, estudando a relação entre Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada Líquida /Produto Interno Bruto.

Já Caldeira *et al.* (2016) buscaram estabelecer uma relação entre dívida e resultado primário, e os mesmos conseguiram observar que o resultado primário e a dívida possuem uma

relação direta, de modo que, quando a dívida se eleva, o resultado primário do período posterior também aumenta.

Portanto, segundo Andrade (2012) o endividamento é um importante mecanismo de gestão de recursos e instrumento de política financeira, e a imposição de limites para o endividamento é uma forma de assegurar a estabilidade financeira.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é o campo da pesquisa que orienta o pesquisador a atingir pela bibliografia, pelas técnicas, coleta, e análise de dados o universo que abrange a pesquisa, definindo-se os procedimentos metodológicos que faz parte do assunto pesquisado.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa é descritiva com abordagem quantitativa, uma abordagem quantitativa de acordo com Richardson (2015) é um método caracterizado pelo emprego da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas.

Desta maneira, observa-se a dívida consolidada e a receita corrente líquida dos municípios, localizados no Mato Grosso do Sul, sendo Campo Grande e Dourados; localizados no Estado do Mato Grosso, sendo Cuiabá e Várzea Grande; localizados no Estado de Goiás, sendo Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde, e o Distrito Federal todos da região Centro-Oeste Brasileira, buscando as possíveis relações entre a evolução da receita corrente líquida e da dívida consolidada líquida. Justifica-se a escolha dos municípios pela contribuição econômica dos mesmos no PIB da região Centro-Oeste.

3.2 DEFINIÇÃO DE AMOSTRA

Inicialmente a área de delimitação da pesquisa serão os municípios com mais de 200 mil habitantes de cada Estado da região Centro-Oeste, fazem parte desta os Estados MS, GO, MT e a região do DF.



Fonte: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>> - AUTOR: FRANCISCO, Wagner de Cerqueira.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Por sua vez, os dados foram extraídos do relatório de gestão fiscal, onde contém dados sobre a Receita Corrente Líquida e Dívida Pública/Consolidada Líquida, o mesmo foi selecionado pois além de ter grande acessibilidade é um instrumento de transparência criado pela LRF, que objetiva observância sobre as contas em que a LRF impôs seus limites, sendo também um relatório de grande confiabilidade, disponibilizados no SICONFI (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro), intrínsecos aos ano-calendários de 2010 a 2017.

Em relação ao período que integra o universo da pesquisa, buscou-se analisar os demonstrativos contábeis relativos a receita corrente líquida e dívida consolidada, compreendidas em três gestões administrativas, sendo 2010-2012; 2013-2016 e 2017.

Em relação ao Relatório de Gestão Fiscal (RGF), ele é considerado um meio de controle e transparência que, para Ávila e Figueiredo (2013), é um modo de avaliar o gestor responsável pelo poder ou órgão, pois é através dele que se fará visível se o administrador está agindo em consonância as determinações da LRF.

O RGF, determinado pela LRF em seu art. 55, deverá conter demonstrativos de despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias, operações de crédito, sendo que no último quadrimestre, deverá abranger um demonstrativo relativo ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro e das inscrições em restos a pagar. Os dados do Relatório de Gestão Fiscal estão anexados ao final do trabalho, por meio dos anexos de A à I.

A variável explicativa da pesquisa será a evolução da receita corrente líquida de cada município pesquisado do Centro-Oeste (RCL) e a variável explicada adotada dívida consolidada (DC). Qualquer estudo científico, contém variáveis que devem estar inseridas em seus objetivos, o termo variável é entendido como um conceito que assume valores numéricos, em casos de variáveis quantitativas (RICHARDSON, 2015). Podendo ser entendida a variável explicativa, com sua definição literal, que busca explicar o comportamento da variável explicada.

3.4 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Realizar-se-á a análise descritiva dos dados tabulados no programa Excel, na qual as variáveis foram observadas e foram feitos todos os cálculos percentuais dispostos nas tabelas, e demonstrando o índice de endividamento dos municípios e DF através de uma análise

horizontal verificando a relação entre o comprometimento da dívida consolidada com a receita corrente líquida da amostra, obtendo os percentuais.

Sendo a análise descritiva segundo Vergara (1990) a exposição das características de determinada população ou fenômeno. Amplia-se em estabelecer correlações entre variáveis ou fatores ou, ainda, para definição da natureza de tais correlações. Não tem o compromisso de explicar os fenômenos que descreve.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Serão apresentados os resultados por exercício, ordenados os dados por municípios que integram cada Estado que compõem a região Centro-Oeste.

Tabela 1 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2010.

2010	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 488.850.133,09	R\$ 791.777.562,69	61,74%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 64.667.422,20	R\$ 248.057.392,52	26,07%
GOIÂNIA	R\$ 429.942.618,84	R\$ 2.112.265.078,39	20,35%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 54.306.991,02	R\$ 378.158.811,09	14,36%
ANÁPOLIS	R\$ 108.328.543,32	R\$ 440.921.831,49	24,57%
RIO VERDE	R\$ 67.143.191,58	R\$ 306.246.012,26	21,92%
CAMPO GRANDE	R\$ 227.725.306,34	R\$ 1.469.966.765,07	15,49%
DOURADOS	R\$ 47.855.820,00	R\$ 357.330.110,00	13,39%
DISTRITO FEDERAL	R\$ 4.043.685.744,54	R\$ 11.485.148.499,11	35,21%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

Nota-se de acordo com a Tabela 1 que no período de 2010, existe grande discrepância entre o município de maior e menor endividamento da amostra pesquisada. Dá-se destaque a cidade de Cuiabá com maior endividamento dentre as demais com 61,74%, logo atrás vem o Distrito Federal com um percentual de 35,21% que apesar de não estar tão elevado quanto ao da primeira, ainda sim é alto quando comparado as demais.

Com índices de 20 a 30 % vemos municípios de Várzea Grande, Goiânia, Anápolis e Rio Verde, logo abaixo vem os municípios de menor endividamento do período que foram Aparecida de Goiânia, Campo Grande, e com o menor índice do período o município de Dourados alcançando um percentual de 13,39%. Conclui-se de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal que toda a amostra se encontra dentro dos limites percentuais impostos pelo Art. 3º da Resolução 40, de 2001 do Senado Federal que é de 120% para municípios e 200% para o Distrito Federal.

Tabela 2 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2011.

2011	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 590.772.838,91	R\$ 970.629.029,73	60,86%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 125.378.644,55	R\$ 276.426.578,26	45,36%
GOIÂNIA	R\$ 418.518.452,16	R\$ 2.434.818.286,90	17,19%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 140.727.964,00	R\$ 475.477.026,27	29,60%
ANÁPOLIS	R\$ 92.759.827,79	R\$ 650.109.026,93	14,27%
RIO VERDE	R\$ 46.110.279,35	R\$ 373.250.408,48	12,35%
CAMPO GRANDE	R\$ 230.999.085,12	R\$ 1.797.367.485,26	12,85%
DOURADOS	R\$ 110.411.710,00	R\$ 404.285.700,00	27,31%
DISTRITO FEDERAL	R\$ 4.234.211.614,68	R\$ 12.859.741.832,57	32,93%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

No período de 2011, conforme Tabela 2, houve redução no índice de endividamento do município de Cuiabá em torno de 1%, porém, continua sendo o município com maior índice de endividamento entre os municípios pesquisados; logo atrás segue o município de Várzea Grande com um índice de 45,36% tendo um aumento significativo de 19,29% de um período a outro, seguido pelo DF que obteve um índice um pouco reduzido de um período a outro.

Os municípios de Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Campo Grande tiveram seus índices reduzidos também de um período a outro. Já o município de Dourados e Aparecida de Goiânia que se encontravam com menor endividamento no período anterior aumentaram seus índices em média 15% cada um deles, ficando Dourados em 27,31% e Ap. de Goiânia em 29,60%.

Conforme a Tabela 1 reporta, tomando como base a cidade de Cuiabá a RCL apresentou valor de aproximadamente 791 milhões de reais e a DC apresentou valor de em média 488 milhões de reais, destacando-se por ter o maior índice de endividamento; no ano seguinte tem-se um crescimento da dívida e receita, apresentando relação positiva de aumento entre elas. Da mesma maneira as cidades de Várzea Grande, Aparecida de Goiânia, Campo Grande, Dourados e DF que apresentaram uma relação positiva de aumento das variáveis.

Tabela 3 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2012.

2012	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 525.856.932,77	R\$ 1.223.847.426,75	42,97%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 82.168.440,50	R\$ 311.144.738,07	26,41%
GOIÂNIA	R\$ 476.817.926,69	R\$ 2.701.431.283,65	17,65%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 162.447.506,05	R\$ 574.697.717,07	28,27%
ANÁPOLIS	R\$ 89.777.428,11	R\$ 610.986.513,66	14,69%
RIO VERDE	R\$ 56.851.451,34	R\$ 444.958.402,51	12,78%
CAMPO GRANDE	R\$ 305.709.664,19	R\$ 2.084.204.859,46	14,67%
DOURADOS	R\$ 122.108.505,70	R\$ 466.881.541,39	26,15%
DISTRITO FEDERAL	R\$ 4.430.824.187,59	R\$ 14.312.436.247,00	30,96%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

No período de 2012, conforme Tabela 3 houve uma redução significativa em torno de 17% nos índices do município de Cuiabá em comparação ao período anterior, porém, como nos exercícios anteriores, continua sendo o município com maior índice de endividamento do período, seguido por DF, Aparecida de Goiânia, Várzea Grande, Dourados que tem seu endividamento entre 20 e 30%.

Com os menores índices de endividamento vem os municípios de Goiânia, Anápolis, Campo Grande e Rio Verde, tendo como destaque a região do Rio Verde com o menor índice de endividamento chegando aos seus 12,78%, índice este um pouco maior do que o período anterior que também teve o menor índice de endividamento do período. Apesar de um maior índice do município de Cuiabá, nenhum dos municípios estudados apresentaram valores que extrapolassem os limites impostos pela lei neste período.

De acordo com o que a Tabela 2 reporta, tomando como base a cidade de Rio Verde a RCL apresentou valor de aproximadamente 373 milhões de reais e a DC apresentou valor de em média 46 milhões de reais, destacando-se por ter o menor índice de endividamento 12,35 %.

No ano seguinte (2012) tem-se um crescimento da dívida e receita, apresentando relação positiva de aumento entre elas, da mesma maneira as cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Campo Grande, Dourados e DF que apresentaram uma relação positiva de aumento das variáveis, já a cidade de Anápolis apresentou relação positiva de diminuição das variáveis, já que houve diminuição de 3,21% no índice da dívida consolidada e 6,02 % no montante da receita corrente líquida.

Tabela 4 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2013.

2013	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 576.474.647,96	R\$ 1.243.450.401,56	46,36%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 135.463.271,40	R\$ 350.452.104,86	38,65%
GOIÂNIA	R\$ 477.637.401,70	R\$ 2.795.910.026,63	17,08%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 140.405.405,63	R\$ 598.901.154,38	23,44%
ANÁPOLIS	R\$ 95.239.210,70	R\$ 669.440.260,38	14,23%
RIO VERDE	R\$ 46.668.312,44	R\$ 479.831.142,54	9,73%
CAMPO GRANDE	R\$ 326.553.852,32	R\$ 2.150.046.943,04	15,19%
DOURADOS	R\$ 121.363.074,40	R\$ 521.992.408,69	23,25%
DF	R\$ 4.613.207.272,59	R\$ 15.811.905.452,74	29,18%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

Como exposto na Tabela 4, ainda com maior índice do período vem o município de Cuiabá que voltou a sofrer um aumento neste período, estando agora com o montante de 46,36% de suas receitas correntes líquidas comprometidas com a dívida consolidada, seguido por Várzea Grande que sofreu um aumento significativo de um período a outro se encontrando com 38,65%. Na sequência aparecem o Distrito Federal, Ap. de Goiânia e Dourados com índices de 20 a 30%.

E com até 20% de comprometimento com a dívida encontramos os municípios de Goiânia que obteve uma melhora, Campo Grande, Anápolis e tendo como destaque o município de Rio Verde ainda com o menor índice de endividamento, como vem ocorrendo desde o ano de 2011. Apesar de alguns municípios terem aumentado seus índices de endividamento como Cuiabá e Várzea Grande, ainda assim, os limites impostos não foram ultrapassados.

A Tabela 3 reporta, tomando como base a cidade de Cuiabá a RCL apresentou valor de aproximadamente 1 bilhão e 223 milhões de reais e a DC apresentou valor de em média 525 milhões de reais, destacando-se por ter o maior índice de endividamento. No ano seguinte (2013) tem-se um crescimento da dívida e receita, apresentando relação positiva de aumento entre elas, da mesma maneira as cidades de Várzea Grande, Goiânia, Anápolis, Campo Grande e Distrito Federal que apresentaram uma relação positiva de aumento das variáveis.

Tabela 5 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2014.

2014	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 587.930.993,53	R\$ 1.391.246.673,26	42,26%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 120.053.578,12	R\$ 394.371.863,56	30,44%
GOIÂNIA	R\$ 596.301.947,42	R\$ 3.126.864.185,34	19,07%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 179.556.369,20	R\$ 657.125.024,39	27,32%
ANÁPOLIS	R\$ 225.426.489,85	R\$ 741.514.644,05	30,40%
RIO VERDE	-	-	-
CAMPO GRANDE	R\$ 364.611.434,10	R\$ 2.382.747.308,67	15,30%
DOURADOS	R\$ 131.261.610,71	R\$ 584.091.574,49	22,47%
DF	R\$ 5.075.662.907,07	R\$ 17.504.269.623,87	29,00%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 5, seguindo ainda com maior índice de endividamento, encontramos o município de Cuiabá, capital do Mato Grosso, que tem índice de 42,26% neste período, seguido por Várzea Grande, Anápolis, DF, Ap. de Goiânia e Dourados com índices de 20 a 30%. O município de Rio Verde, porém, que apresentou índices baixíssimos nos anos anteriores, neste período não apresentou Relatório de Gestão Fiscal ferindo assim a Lei de transparência em seu Art. 31.

Os municípios com menores índices do período são Goiânia e Campo Grande, ambas capitais de Goiás e Mato Grosso do Sul respectivamente. Campo Grande por sua vez, apesar de em todos os outros períodos também ter tido índices bem baixos, neste período ficou com o menor índice: 15,30%. Todos os municípios não ultrapassaram os limites impostos, porém, Rio Verde feriu o princípio da transparência.

Conforme a Tabela 4 reporta, tomando como base a cidade de Cuiabá, a RCL apresentou valor de aproximadamente 1 bilhão e 243 milhões reais e a DC apresentou valor de em média 576 milhões reais, destacando-se por ter o maior índice de endividamento, no ano seguinte (2014) tem-se um crescimento da dívida e receita, apresentando relação positiva de aumento entre elas. Da mesma maneira as cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Campo Grande, Dourados e DF que apresentaram uma relação positiva de aumento das variáveis.

Já a cidade de Rio Verde no período não apresentou Relatório de Gestão Fiscal para que pudessem ser feitas as comparações necessárias.

Tabela 6 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2015.

2015	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 1.008.112.193,99	R\$ 1.588.950.917,98	63,45%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 108.319.396,46	R\$ 418.537.371,69	25,88%
GOIÂNIA	R\$ 642.130.707,86	R\$ 3.325.052.386,22	19,31%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 271.001.945,84	R\$ 745.330.970,14	36,36%
ANÁPOLIS	R\$ 203.706.689,62	R\$ 765.067.531,49	26,63%
RIO VERDE	-	-	-
CAMPO GRANDE	R\$ 491.375.627,25	R\$ 2.444.179.748,87	20,10%
DOURADOS	R\$ 137.971.507,67	R\$ 622.457.485,55	22,17%
DISTRITO FEDERAL	R\$ 5.930.582.624,70	R\$ 18.461.481.002,45	32,12%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

O período de 2015, de acordo com a Tabela 6 é marcado por um grande aumento do percentual de Cuiabá, que em todos os períodos teve percentuais elevados, mas, nesse período teve um aumento de mais de 20%, podendo assim significar um grande comprometimento das receitas do município com dívidas, o que pode ocasionar problemas à população, pois, por ter de desembolsar muito com dívidas pode não conseguir arcar com as demandas da população.

Logo atrás vem Ap. de Goiânia, DF, Anápolis, Várzea Grande, Dourados e Campo Grande com índices de 20 a 30% de endividamento. Com menor índice de endividamento vem o município de Goiânia capital de Goiás com 19,31%. Apesar de grande comprometimento da receita com dívidas de alguns municípios como Cuiabá, ainda assim, dentro dos limites imposto pelo Senado Federal, e a cidade de Rio Verde novamente não apresentando o RGF no período ferindo o princípio da transparência e Art. 48 da LRF.

Tomando como base a cidade de Cuiabá a Tabela 5 reporta que a RCL apresentou valor de aproximadamente 1 bilhão e 391 milhões de reais e a DC apresentou valor de em média 587 milhões de reais, destacando-se por ter o maior índice de endividamento, no ano seguinte (2015) tem-se um crescimento da dívida e receita, apresentando relação positiva de aumento entre elas, da mesma maneira as cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Campo Grande, Dourados e DF que apresentaram uma relação positiva de aumento das variáveis.

Já a cidade de Rio Verde como no ano anterior, não apresentou Relatório de Gestão Fiscal para que pudessem ser feitas as comparações necessárias.

Tabela 7 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2016.

2016	Dívida Consolidada	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 647.298.648,25	R\$ 1.793.499.640,92	36,09%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 200.309.551,21	R\$ 460.624.067,80	43,49%
GOIÂNIA	R\$ 709.219.767,23	R\$ 3.897.640.322,10	18,20%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 256.264.630,22	R\$ 876.994.368,37	29,22%
ANÁPOLIS	R\$ 231.329.130,95	R\$ 849.473.810,24	27,23%
RIO VERDE	R\$ 44.169.401,81	R\$ 713.579.661,53	6,19%
CAMPO GRANDE	R\$ 453.279.177,87	R\$ 2.770.574.257,64	16,36%
DOURADOS	R\$ 173.679.569,73	R\$ 656.888.217,80	26,44%
DISTRITO FEDERAL	R\$ 7.281.735.426,60	R\$ 19.881.229.932,90	36,63%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

Surpreendentemente no ano de 2016 de acordo com a Tabela 7, Cuiabá obteve uma melhora considerável com os índices de endividamento, conseguindo mais de 25% de redução, mostrando uma administração mais eficaz no período. Portanto, Várzea Grande ficou com o índice de maior endividamento, mostrando um aumento do comprometimento das receitas em torno de 18%, sendo seguida por DF, Ap. de Goiânia, Anápolis e Dourados com índices de 20 a 30% de comprometimento.

Os municípios com menores índices foram Goiânia, Campo Grande e o município de Rio Verde que não havia apresentado Relatório de Gestão Fiscal nos últimos dois períodos teve o menor índice em 2016, sendo ele de 6,19% como ocorreu também de 2011 a 2013. Todos os municípios do período atenderam o princípio da transparência, e os limites impostos pelo senado federal.

Conforme a Tabela 6 reporta, tomando como base a cidade de Várzea Grande a RCL apresentou valor de aproximadamente 418 milhões de reais e a DC apresentou valor de em média 108 milhões de reais, destacando-se por ter o maior índice de endividamento, no ano seguinte (2016) tem-se um crescimento da dívida e receita, apresentando relação positiva de aumento entre elas, da mesma maneira as cidades de Goiânia, Anápolis, Dourados e DF que apresentaram uma relação positiva de aumento das variáveis.

Tabela 8 – Análise das variáveis DC/RCL no ano de 2017.

2017	Dívida Corrente	Receita Corrente Líquida	%
CUIABÁ	R\$ 639.575.482,18	R\$ 1.808.201.401,96	35,37%
VÁRZEA GRANDE	R\$ 228.474.644,99	R\$ 487.828.183,80	46,84%
GOIÂNIA	R\$ 944.476.731,10	R\$ 3.890.423.014,79	24,28%
APARECIDA DE GOIÂNIA	R\$ 268.645.985,93	R\$ 923.497.630,27	29,09%
ANÁPOLIS	R\$ 210.598.608,39	R\$ 883.121.084,01	23,85%
RIO VERDE	R\$ 54.821.089,49	R\$ 749.060.420,42	7,32%
CAMPO GRANDE	R\$ 445.598.655,06	R\$ 3.005.957.385,59	14,82%
DOURADOS	R\$ 166.469.255,93	R\$ 682.606.578,14	24,39%
DISTRITO FEDERAL	R\$ 7.843.030.767,81	R\$ 20.719.829.099,23	37,85%

Fonte: Elaborada pelos autores, com dados da pesquisa.

No período de 2017 de acordo com a Tabela 8, Cuiabá continuou tendo diminuições, mostrando uma melhora impressionante desde o período de 2010, caindo quase que pela metade no decorrer dos anos analisados. Como no período de 2016 Várzea Grande apresentou o maior índice de endividamento sendo de 46,84%, sendo seguida pelo Distrito Federal, e os municípios de Ap. de Goiânia, Dourados, Goiânia, e Anápolis com índices de 20 a 30%.

Logo após vem os municípios de Campo Grande e Rio Verde que, como no período anterior, obteve o menor índice de endividamento do período. Concluindo-se, o município de Cuiabá mostrou melhora a partir do período de 2016, apresentando uma gestão mais eficaz e supõe-se que, por dispor de mais caixa, pôde lidar melhor com as necessidades da sociedade. Em menores índices de endividamento destaca-se Rio Verde que apesar de não apresentar RGF nos anos de 2014 e 2015, apresentou em 6 períodos de um total de 8, ou seja, 75% dos períodos estudados, um resultado melhor que os demais municípios.

É preciso destacar também, que o município de Várzea Grande obteve um decréscimo expressivo nos períodos estudados e os demais municípios tiveram oscilações, porém, nada de muita expressividade. É importante destacar que um maior comprometimento de receitas com dívidas pode ocasionar em não atendimento às demandas populacionais, o que é prejudicial para a mesma. Portanto, é ideal que sejam adotadas políticas públicas para que possam diminuir os índices de endividamento de um período a outro.

Apesar disso, destaca-se que não houve em nenhum dos períodos estudados extrapolação dos limites impostos pelo Senado Federal, estando, portanto, em situações regulares em termos de comprometimento de receitas com endividamento.

Conforme a Tabela 7 reporta, tomando como base a cidade de Várzea Grande a RCL apresentou valor de aproximadamente 460 milhões de reais e a DC apresentou valor de em média 200 milhões de reais, destacando-se por ter o maior índice de endividamento, no ano

seguinte (2017) tem-se um crescimento da dívida e receita, apresentando relação positiva de aumento entre elas. Da mesma maneira as cidades de Aparecida de Goiânia, Rio Verde e DF que apresentaram uma relação positiva de aumento das variáveis.

Apesar de a cidade de Rio Verde no período ter tido um crescimento em seus índices, a mesma, ainda sim, apresenta o menor índice de endividamento do período.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em algumas situações, a arrecadação dos entes públicos é insuficiente para cobrir os gastos, ou a execução orçamentária não ocorre de acordo com o que foi previsto, surgindo a necessidade de contrair dívidas, contornando assim um possível *déficit* orçamentário. Para complementar a receita, ou suprir um *déficit* financeiro ou para cobertura imediata por falta de disponibilidade em caixa. Contudo, o uso de recursos de terceiros para suprir o erário é disciplinado e fiscalizado, para que não seja aplicado de forma irresponsável (SILVA E NETO, 2015). Sendo assim, ressaltando-se a importância da dívida pública para o estado e a população que dele dependem e subsidiam suas atividades, se propôs nesta pesquisa uma análise comparativa de dívida pública com a receita corrente líquida.

Esta pesquisa se propôs, como objetivo geral do trabalho, estabelecer uma relação entre a dívida consolidada dos municípios da região centro-oeste em relação à receita corrente líquida da mesma, tomando por base os percentuais determinados pelo Senado Federal de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal e ficou evidente a relação positiva de aumento da variável dependente (dívida consolidada) em consonância com o aumento da variável explicada (receita corrente líquida), sendo comprovado em aproximadamente 67 % dos casos. Sendo assim, um aumento na RCL pode impactar de forma positiva o percentual de endividamento da DC.

Dado o exposto, é importante ressaltar que a pesquisa em questão tem grande importância, pois, de maneira clara e sucinta consegue extrair informações que esclareçam dúvidas da população sobre o endividamento dos municípios da região centro-oeste, informando também sobre a importância da legislação no orçamento público, e discorre também sobre limites da dívida pública, temas relacionados e direcionados a sociedade, podendo fazer diferença para a mesma. Nesse sentido, consegue assim também informar se estão de acordo com legislações previstas e informando a ligação direta que existe entre elas.

A pesquisa limitou-se a analisar o comportamento da dívida consolidada em relação à receita corrente líquida no decorrer dos anos, não abordando as causas que podem ter ocasionado o aumento ou diminuição dos índices, sejam eles variáveis endógenas ou exógenas; também se encontrou obstáculos frente à falta de publicidade das informações públicas.

Sugere-se que pesquisas futuras busquem identificar o impacto de fatores endógenos e exógenos sobre a dívida consolidada municipal, estadual e federal para que se possa ter uma visão mais abrangente sobre a trajetória da dívida pública, assim como analisar outros indicadores conforme o Art. 59 da LRF que estabelece os limites de alerta da dívida consolidada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cesar Augusto Seijas de. **O controle do endividamento público e a autonomia dos entes da federação**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Eurídice Soares Mamede de; OLIVEIRA, Robson Ramos. Responsabilidade social governamental: dívida pública, uma ameaça para as futuras gerações do Rio de Janeiro? 2017.

ARAÚJO, Wilson José de; MORAES, Tiago Cacique de. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): balanço preliminar e impactos sobre governos municipais. **Encontro Anual da ANPAD**, 2003.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR n. 101, de 04 de maio de 2000. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS PERTINENTES. **LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**. BRASÍLIA, p. 9-12, maio. 2000. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/orcamento-federal/lei-de-responsabilidade-fiscal/dicas/080807_pub_lrf_dicas_port.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2018.

BRASIL. LEI n. 4.320, de 17 de dez. de 2018. **Lei de Normas Gerais de Direito Financeiro**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.. BRASÍLIA, p. 02-08, mar. 1964. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/legislacao/lei-no-4320>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BRITO, Jansen Lima et al. Avaliação do impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre os gastos com pessoal no Poder Legislativo do Estado do Amazonas. **Revista de Administração e Contabilidade da FAT**, v. 6, n. 1, p. 105-114, 2017.

CALDEIRA, Alessandro Aurélio et al. Sustentabilidade da dívida estadual brasileira: uma análise da relação dívida líquida e resultado primário. **Revista de Administração Pública**, [S.l.], v. 50, n. 2, p. 285-306, abr. 2016.

CRUZ, Alethéia Ferreira da et al. A gestão fiscal do estado do Rio de Janeiro: uma análise à luz da LRF e da sustentabilidade da dívida no período de 2001 a 2017. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, p. 764-775, 2018.

CUNHA, Humberto. **Administração Pública e Orçamento**. Rio de Janeiro, 2012.

ABREU, Welles Matias de; GOMES, Ricardo Corrêa. O orçamento público brasileiro e a perspectiva emancipatória: existem evidências empíricas que sustentam esta aproximação?. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 2, p. 515-540, 2013.

CARVALHO FILHO, Milton Xavier de. Administração pública brasileira. **Latin American Journal of Business Management**, v. 6, n. 1, 2015.

MORAIS, Natinoslávia Rubiassa de; DE OLIVEIRA, Fernando Porfírio Soares; ROCHA, Leonardo Andrade. Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Norte: a

Contribuição da Receita Pública Municipal. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 54-67, 2016.

OLIVEIRA, Juliani Rodrigues de; GOULARTE, Jeferson Luís Lopes; DOS SANTOS BENITES, Mauren Corrêa. Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) pelos municípios da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: um estudo comparativo. **RAGC**, v. 6, n. 22, 2018.

FEITOSA, Anny Kariny; OLIVEIRA, Fabiana Helcias. Controle do orçamento público municipal. **A Economia em Revista-AERE**, v. 21, n. 2, p. 49-60, 2016.

GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas. 2010.

ROCHA, Lucas Soares da Silva. Emancipação do orçamento público: acepção do controle social no Brasil. 2015.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática: contém aplicação prática dos principais dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal**. Atlas, 2003.

LAZARIN, Maiara De Fátima; MELLO, Gilmar Ribeiro de; BEZERRA, Fernanda Mendes. A relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: Evidências para o período de 2002 a 2010. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, [S.l.], v. 13, n. 2, p. 719-736, maio/ago. 2014.

NASCIMENTO, Eduardo Chagas. Determinantes da Trajetória da Dívida Pública Brasileira no Período 2008-2016. 2017.

OLIVEIRA, Guilherme. Como a dívida pública afeta cada brasileiro. 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/divida-publica-brasileira-aumenta-fica-mais-cara-ee-desafio-para-a-recuperacao-economica/como-a-divida-publica-afeta-cada-brasileiro>>. Acesso em: 18 nov. 2018

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. Democracia, constituição e administração pública. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, p. 91-102, 2007.

SENADO FEDERAL. Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. Resolução n. 40, de 9 de abril de 2002.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Consultar Declarações, SICONFI, BRASIL**. 2010 a 2017. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Consultar Declarações Anteriores, SICONFI, BRASIL**. 2010 a 2017. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2018.

Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios / **Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional**. – 7. ed. – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional, Subsecretaria de Contabilidade Pública. Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, 2017. Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp1>> Acesso em 14 dez. 2018.

SILVA, Gustavo Gaspar da et al. O Cumprimento dos Limites Fiscais relativos à Dívida Consolidada Líquida no Estado de Santa Catarina entre os anos de 2000 e 2013. 2015.

SILVA, Lucivania Jacinto da. Análise das despesas públicas correntes no âmbito do governo do estado da Paraíba. 2015.

VERGARA, Sylvia Constant. **Tipos de pesquisa em administração**. 1990.

ANEXO A -
CUIABÁ

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CUIABA/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.533.064/0001-46

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011052622010600103901

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	424.379.573,63	411.160.264,92	397.299.745,93	488.850.133,09
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	301.535.092,42	294.565.279,35	287.396.053,38	280.604.380,06
4	Interna	301.535.092,42	294.565.279,35	287.396.053,38	280.604.380,06
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	103.718.984,90	100.743.909,70	97.768.834,50	169.665.527,89
7	Demais Dívidas	19.125.496,31	15.851.075,87	12.134.858,05	38.580.225,14
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	-	51.661.281,31	0,00	-
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	83.049.554,28	108.100.455,65	0,00	79.144.939,93
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	113.071.105,64	56.439.174,34	0,00	141.142.066,72
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	424.379.573,63	359.498.983,61	397.299.745,93	488.850.133,09
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	708.897.628,76	735.842.463,06	752.325.786,71	791.777.562,69
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	59,86	55,88	52,81	61,74
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	59,86	48,86	52,81	61,74
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				950.133.075,23

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CUIABA/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.533.064/0001-46

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2012022113114000103485

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	488.850.133,09	442.183.063,99	459.473.796,50	590.772.838,91
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	280.604.380,06	275.309.974,73	264.121.959,47	424.335.565,75
4	Interna	280.604.380,06	275.309.974,73	264.121.959,47	424.335.565,75
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	169.665.527,89	166.873.089,26	164.034.762,49	158.349.054,53
7	Demais Dívidas	38.580.225,14	0,00	31.317.074,54	8.088.218,63
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	-	26.776.570,09	60.369.154,81	-
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	79.144.939,93	105.904.225,20	129.273.104,04	93.271.931,97
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	141.142.066,72	79.127.655,11	68.903.949,23	136.104.323,42
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	488.850.133,09	415.406.493,90	399.104.641,69	590.772.838,91
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	791.777.562,69	840.037.384,02	901.489.796,24	970.629.029,73
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	61,74	52,64	50,97	60,86
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	61,74	49,45	44,27	60,86
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				1.164.754.835,68

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CUIABA/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.533.064/0001-46

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013030511193200103192

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	587.179.965,03	564.628.532,92	549.674.549,94	525.856.932,77
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	286.497.636,62	281.237.168,51	275.802.924,40	404.163.853,92
4	Interna	286.497.636,62	281.237.168,51	275.802.924,40	404.163.853,92
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	158.349.054,53	154.811.148,25	150.929.770,00	121.693.078,85
7	Outras Dívidas	142.333.273,88	128.580.216,16	122.941.855,54	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	-	80.259.233,02	83.508.261,15	-
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	93.271.931,97	150.917.522,94	147.817.348,04	82.753.316,51
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	38.230.941,47
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	136.104.323,42	70.658.289,92	64.309.086,89	151.274.278,02
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	587.179.965,03	484.369.299,90	466.166.288,79	525.856.932,77
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	970.629.029,73	1.082.337.787,01	1.167.124.947,87	1.223.847.426,75
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	60,49	52,17	47,10	42,97
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	60,49	44,75	39,94	42,97
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				1.468.616.912,10

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CUIABA/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.533.064/0001-46

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014012508115600103156

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	525.856.932,77	510.124.026,45	493.916.582,83	576.474.647,96
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	404.163.853,92	392.543.455,36	380.489.540,35	462.472.224,34
4	Interna	404.163.853,92	392.543.455,36	380.489.540,35	462.472.224,34
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	121.693.078,85	117.580.571,09	113.427.042,48	114.002.423,62
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	-	73.043.649,20	97.264.090,83	-
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	82.753.316,51	171.068.022,19	181.957.777,76	120.500.736,25
10	Demais Haveres Financeiros	38.230.941,47	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	151.274.278,02	98.024.372,99	84.693.686,93	121.518.175,58
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	525.856.932,77	437.080.377,25	396.652.492,00	576.474.647,96
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.223.847.426,75	1.237.880.223,04	1.247.606.440,18	1.243.450.401,56
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	42,97	41,21	39,59	46,36
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	42,97	35,31	31,79	46,36
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				1.492.140.481,87
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				1.342.926.433,68



MUNICÍPIO DE CUIABÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")


R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA – DC (I)	576.474.647,96	568.606.590,50	561.927.946,96	587.930.993,53
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	462.472.224,34	454.604.166,88	447.925.523,34	461.718.010,97
Interna	462.472.224,34	454.604.166,88	447.925.523,34	461.718.010,97
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive)	114.002.423,62	114.002.423,62	114.002.423,62	126.212.982,56
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)'	-1.017.439,33	150.388.881,21	188.532.353,08	60.572.981,65
Disponibilidade de Caixa Bruta	120.500.736,25	245.016.493,08	273.215.475,55	164.824.234,06
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	121.518.175,58	94.627.611,87	84.683.122,47	104.251.252,41
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – DCL (III) = (I – II)	576.474.647,96	418.217.709,29	373.395.593,88	527.358.011,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.243.450.401,56	1.268.043.718,02	1.366.382.901,79	1.391.246.673,26
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	46,36%	44,84%	41,13%	42,26%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	46,36%	32,98%	27,33%	37,91%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 1	1.492.140.481,87	1.521.652.461,62	1.639.659.482,15	1.669.496.007,91
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	1.342.926.433,68	1.369.487.215,46	1.475.693.533,93	1.502.546.407,12

	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre	


RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	609.457.787,53	598.989.540,02	587.452.334,64	1.008.112.193,99
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	483.244.804,97	478.776.557,46	473.239.352,08	780.659.132,41
Interna	483.244.804,97	478.776.557,46	473.239.352,08	780.659.132,41
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	126.212.982,56	120.212.982,56	114.212.982,56	227.453.061,58
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	60.572.981,65	236.730.767,28	200.884.574,43	119.712.343,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	164.824.234,06	340.982.019,69	256.206.911,32	198.497.029,25
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	104.251.252,41	104.251.252,41	55.322.336,89	78.784.685,78
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	548.884.805,88	362.258.772,74	386.567.760,21	888.399.850,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.391.246.673,26	1.406.116.272,67	1.451.180.751,85	1.588.950.917,98
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	43,81	42,80	40,48	63,45
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	39,45	25,76	26,64	55,91
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	1.669.496.007,91	1.687.339.527,20	1.741.416.902,22	1.906.741.101,58
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.502.546.407,12	1.518.605.574,48	1.567.275.212,00	1.716.066.991,42

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Tesouro Nacional	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
Período de referência: 3º quadrimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.008.112.193,99	774.826.240,91	763.267.128,30	647.298.648,25
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	780.659.132,41	553.373.179,33	547.814.066,72	486.208.552,33
Interna	780.659.132,41	553.373.179,33	547.814.066,72	486.208.552,33
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	227.453.061,58	221.453.061,58	215.453.061,58	161.090.095,92
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	119.712.343,47	263.231.360,03	220.589.010,65	126.772.621,70
Disponibilidade de Caixa Bruta	198.497.029,25	298.666.313,70	256.709.839,60	171.031.027,00
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	78.784.685,78	36.434.953,67	36.120.828,95	44.258.405,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	888.399.850,52	511.594.880,88	542.678.117,65	520.526.026,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.588.950.917,98	1.727.178.240,92	1.734.428.861,27	1.793.499.640,92
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	63,45	44,86	44,01	36,09
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	55,91	29,62	31,29	29,02
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	1.906.741.101,58	2.072.613.889,10	2.081.314.633,52	2.152.199.569,10
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.716.066.991,42	1.865.352.500,19	1.873.183.170,17	1.936.979.612,19

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Tesouro Nacional	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Cuiabá - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	647.298.648,25	633.363.946,24	620.502.918,22	639.575.482,18
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	486.208.552,33	478.273.850,32	471.972.047,91	485.965.549,37
Empréstimos	141.193.456,54	137.008.831,13	133.187.098,86	151.168.977,76
Internos	141.193.456,54	137.008.831,13	133.187.098,86	151.168.977,76
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	138.248.337,08	135.594.365,24	134.210.399,86	127.349.954,07
De Tributos	57.671.697,32	57.357.469,92	57.095.577,64	56.755.632,82
De Contribuições Previdenciárias	80.576.639,76	78.236.895,32	77.114.822,22	70.594.321,25
De Demais Contribuições Sociais Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuals	206.766.758,71	205.670.653,95	204.574.549,19	207.446.617,54
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) Vencidos e Não Pagos	161.090.095,92	155.090.095,92	148.530.870,31	153.609.932,81
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	126.772.621,70	245.994.596,33	211.154.896,60	102.331.146,01
Disponibilidade de Caixa	126.772.621,70	245.994.596,33	211.154.896,60	102.331.146,01
Disponibilidade de Caixa Bruta	171.031.027,00	276.155.809,37	235.449.550,30	186.627.129,60
(-) Restos a Pagar Processados	44.258.405,30	30.161.213,04	24.294.653,70	84.295.983,59
Demais Haveres Financeiros				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	520.526.026,55	387.369.349,51	409.348.021,62	537.244.336,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.793.499.640,92	1.767.844.567,31	1.769.497.336,51	1.808.201.401,96
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	36,09	35,83	35,07	35,37
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	29,02	21,91	23,13	29,71
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	2.152.199.569,10	2.121.413.480,77	2.123.396.803,81	2.169.841.682,35
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	1.936.979.612,19	1.909.272.132,69	1.911.057.123,43	1.952.857.514,12

ANEXO B -
VÁRZEA GRANDE

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.507.548/0001-10

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011041415202700103272

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	67.557.638,15	65.766.256,28	67.367.767,94	64.667.422,20
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	59.371.065,66	56.872.611,51	53.177.192,95	52.792.587,51
4	Interna	59.371.065,66	56.872.611,51	53.177.192,95	52.792.587,51
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	8.186.572,49	8.893.644,77	14.190.574,99	11.874.834,69
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	54.474.774,93	27.531.172,03	70.888.554,14	39.408.894,47
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	56.478.911,49	33.393.228,25	76.084.681,52	73.171.490,83
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.004.136,56	5.862.056,22	5.196.127,38	33.762.596,36
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	13.082.863,22	38.235.084,25	-3.520.786,20	25.258.527,73
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	217.940.059,02	223.132.508,41	232.078.036,06	248.057.392,52
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	31,00	29,47	29,03	26,07
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	6,00	17,14	-1,52	10,18
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				297.668.871,02

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.507.548/0001-10

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2013011511125100103440

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	64.667.422,20	70.687.332,70	75.834.231,11	125.378.644,55
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	52.792.587,51	70.687.332,70	75.834.231,11	38.097.520,53
4	Interna	52.792.587,51	70.687.332,70	75.834.231,11	38.097.520,53
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	5.574.994,00
7	Demais Dívidas	11.874.834,69	0,00	0,00	81.706.130,02
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	39.408.894,47	67.290.321,80	24.288.529,48	-
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	73.171.490,83	90.179.653,75	44.431.892,15	39.863.355,59
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	33.762.596,36	22.889.331,95	20.143.362,67	43.605.979,44
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	25.258.527,73	3.397.010,90	51.545.701,63	125.378.644,55
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	248.057.392,52	261.493.525,53	265.170.324,01	276.426.578,26
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	26,07	27,03	28,60	45,36
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	10,18	1,30	19,44	45,36
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				331.711.893,91

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.507.548/0001-10

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013052917021200103680

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	125.449.240,47	123.020.340,72	148.842.576,05	82.168.440,50
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	72.265.253,89	69.823.148,18	51.855.127,19	49.561.059,20
4	Interna	72.265.253,89	69.823.148,18	51.855.127,19	49.561.059,20
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	5.574.994,00	5.574.994,00	5.574.994,00	2.560.560,46
7	Outras Dívidas	47.608.992,58	47.622.198,54	91.412.454,86	30.046.820,84
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	-	12.546.456,37	4.637.546,81	3.690.700,83
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	39.768.677,63	53.402.425,49	43.864.991,84	35.529.857,03
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	108.051,43
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	43.600.656,50	40.855.969,12	39.227.445,03	31.947.207,63
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	125.449.240,47	110.473.884,35	144.205.029,24	78.477.739,67
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	276.426.578,26	295.122.636,01	301.266.713,56	311.144.738,07
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	45,38	41,68	49,41	26,41
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	45,38	37,43	47,87	25,22
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				373.373.685,68

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.507.548/0001-10

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014020516445200103902

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	82.168.440,50	79.320,30	80.954.337,94	135.463.271,40
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	49.561.059,20	79.320,30	36.597.447,17	33.517.746,77
4	Interna	49.561.059,20	79.320,30	36.597.447,17	33.517.746,77
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.560.560,46	0,00	2.560.560,46	27.840.368,84
7	Outras Dívidas	30.046.820,84	0,00	41.796.330,31	74.105.155,79
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	3.690.700,83	8.995.502,08	70.221.744,36	35.250.586,12
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	35.529.857,03	50.313.666,00	110.810.465,46	69.313.671,17
10	Demais Haveres Financeiros	108.051,43	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	31.947.207,63	41.318.163,92	40.588.721,10	34.063.085,05
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	78.477.739,67	-8.916.181,78	10.732.593,58	100.212.685,28
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	311.144.738,07	318.384.711,56	346.951.145,90	350.452.104,86
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	26,41	0,02	23,33	38,65
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	25,22	-2,80	3,09	28,60
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				420.542.525,83
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				378.488.273,25

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: VARZEA GRANDE/MT - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.507.548/0001-10

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015022316441400103734

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	135.463.271,40	130.314.143,90	126.700.433,86	120.053.578,12
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	33.517.746,77	68.603.972,34	67.668.705,26	64.051.831,45
4	Interna	33.517.746,77	68.603.972,34	67.668.705,26	64.051.831,45
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	27.840.368,84	26.663.050,08	25.485.731,32	24.060.887,19
7	Outras Dívidas	74.105.155,79	35.047.121,48	33.545.997,28	31.940.859,48
8	DEDUÇÕES (II)' = (9+10-11)	35.250.586,12	86.096.922,33	98.261.255,87	91.523.357,25
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	69.313.671,17	121.619.186,58	133.109.610,70	133.689.563,40
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	34.063.085,05	35.522.264,25	34.848.354,83	42.166.206,15
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	100.212.685,28	44.217.221,57	28.439.177,99	28.530.220,87
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	350.452.104,86	369.860.322,10	375.556.651,34	394.371.863,56
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	38,65	35,23	33,74	30,44
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	28,60	11,96	7,57	7,23
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				473.246.236,27
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				425.921.612,64



Relatório de Gestão Fiscal
 Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 CNPJ:
 Exercício: 2015
 Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	120.053.578,12	116.172.901,96	112.864.321,75	108.319.398,48
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	64.051.831,45	68.198.184,93	66.480.082,12	64.584.374,68
Interna	64.051.831,45	68.198.184,93	66.480.082,12	64.584.374,68
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	24.060.887,19	22.883.588,43	21.708.249,67	20.528.930,91
Outras Dívidas	31.940.859,48	35.091.148,80	34.677.989,96	33.208.090,87
DEDUÇÕES (II)	12.045.479,39	24.253.351,31	53.104.212,70	39.482.718,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	63.429.987,15	69.324.255,53	87.464.108,95	70.742.233,59
Demais Haveres Financeiros	779.233,78	558.283,54	892.893,72	407.950,08
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	42.163.741,54	35.827.187,76	35.252.787,97	31.687.468,74
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	108.008.098,73	91.919.550,65	59.760.109,05	68.836.679,53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	394.371.863,56	400.558.284,42	410.807.778,68	418.537.371,69
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	30,44	29,00	27,47	25,88
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	27,39	22,95	14,55	16,45
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)				

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 3º trimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	108.319.396,46	200.641.897,89	196.748.276,86	200.309.551,21
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	54.584.374,88	181.374.143,34	178.741.698,67	183.564.149,38
Interna	54.584.374,88	181.374.143,34	178.741.698,67	183.564.149,38
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	20.528.930,91	19.267.754,55	18.008.578,19	16.745.401,83
Outras Dívidas	33.208.090,87			
DEDUÇÕES (II)	39.482.716,93	80.951.044,23	91.749.096,03	62.016.102,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	70.742.233,59	93.324.196,49	102.937.138,54	81.260.080,10
Demais Haveres Financeiros	407.950,08	1.130.098,63	1.891.305,27	137.905,61
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	31.667.466,74	13.503.250,89	12.879.347,78	19.381.882,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	68.836.679,53	119.690.853,66	104.999.180,83	138.293.448,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	417.489.598,89	426.859.161,80	438.144.036,17	460.624.067,80
% da DC sobre a RCL (IV/RCL)	25,85	47,00	44,90	43,49
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	16,49	28,04	23,96	30,02
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	500.933.992,94	512.229.045,62	525.722.843,40	552.748.881,36
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	450.840.593,65	461.008.141,08	473.185.559,06	497.473.993,22

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º trimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	200.309.551,21	205.670.106,81	200.537.665,89	228.474.644,99
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	183.564.149,38	190.501.175,43	186.857.716,29	196.703.844,32
Empréstimos	183.564.149,38	190.501.175,43	186.857.716,29	196.703.844,32
Internos	183.564.149,38	190.501.175,43	186.857.716,29	196.703.844,32
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	16.745.401,83	15.168.931,38	13.679.949,60	31.770.800,67
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	62.016.102,98	89.802.605,28	94.677.936,89	37.506.680,80
Disponibilidade de Caixa	61.878.197,37	89.802.605,28	94.677.936,89	37.506.680,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	81.260.080,10	110.626.664,11	105.486.738,80	77.658.826,05
(-) Restos a Pagar Processados	19.381.882,73	20.824.058,83	10.808.801,91	40.152.145,25
Demais Haveres Financeiros	137.905,61	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	138.293.448,23	115.867.501,53	105.859.729,00	190.967.964,19
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	460.624.067,80	462.542.297,18	472.012.291,59	487.828.183,80
% da DC sobre a RCL (IV/RCL)	43,49	44,47	42,49	45,84
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	30,02	25,05	22,43	39,15
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	552.748.881,36	555.050.756,62	566.414.749,91	585.393.820,56
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	497.473.993,22	499.545.680,95	509.773.274,92	526.854.438,50

ANEXO C -
GOIÂNIA

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.612.092/0001-23

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011101711181800103885

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	422.003.267,30	435.984.126,19	429.922.534,11	429.942.618,84
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	422.003.267,30	435.984.126,19	429.922.534,11	429.942.618,84
4	Interna	420.091.687,30	429.212.225,06	423.026.723,97	421.334.222,56
5	Externa	1.911.580,00	6.771.901,13	6.895.810,14	8.608.396,28
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	186.960.381,42	309.570.653,36	272.692.596,06	168.967.517,84
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	284.078.481,92	344.200.844,49	287.157.574,01	175.728.924,70
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	97.118.100,50	34.630.191,13	14.464.977,95	6.761.406,86
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	235.042.885,88	126.413.472,83	157.229.938,05	260.975.101,00
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.845.621.374,11	1.909.992.983,22	2.028.727.391,61	2.112.265.078,39
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	22,87	22,83	21,19	20,35
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	12,74	6,62	7,75	12,36
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				2.534.718.094,07

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.612.092/0001-23

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2012021411223000103959

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	429.942.618,84	424.706.710,87	415.941.417,55	418.518.452,16
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	429.942.618,84	424.706.710,87	415.941.417,55	418.518.452,16
4	Interna	421.334.222,56	420.784.210,87	410.859.217,55	411.015.252,16
5	Externa	8.608.396,28	3.922.500,00	5.082.200,00	7.503.200,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	168.967.517,84	272.872.184,73	220.917.191,69	47.806.112,82
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	175.728.924,70	287.791.853,50	229.237.867,20	214.541.580,09
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.761.406,86	14.919.668,77	8.320.675,51	166.735.467,27
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	260.975.101,00	151.834.526,14	195.024.225,86	370.712.339,34
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.112.265.078,39	2.218.265.199,78	2.316.108.785,43	2.434.818.286,90
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	20,35	19,15	17,96	17,19
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	12,36	6,84	8,42	15,23
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				2.921.781.944,28

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.612.092/0001-23

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013080711151500103915

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	420.326.844,75	411.798.280,84	410.735.711,07	476.817.926,69
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	420.326.844,75	411.798.280,84	410.735.711,07	476.817.926,69
4	Interna	412.823.644,75	404.041.900,84	396.643.832,29	457.021.976,51
5	Externa	7.503.200,00	7.756.380,00	14.091.878,78	19.795.950,18
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	149.545.378,28	262.090.955,35	164.342.835,01	132.042.603,87
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	231.281.880,88	290.971.719,31	182.710.601,09	207.978.484,41
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	81.736.502,60	28.880.763,96	18.367.766,08	75.935.880,54
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	270.781.466,47	149.707.325,49	246.392.876,06	344.775.322,82
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.435.258.120,82	2.480.620.249,63	2.549.796.553,68	2.701.431.283,65
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	17,26	16,60	16,11	17,65
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	11,12	6,04	9,66	12,76
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				3.241.717.540,38

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.612.092/0001-23

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014052709111600103367

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	476.817.926,69	469.746.702,31	483.615.187,67	477.637.401,70
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	476.817.926,69	469.746.702,31	483.615.187,67	467.705.004,79
4	Interna	457.021.976,51	450.355.680,30	460.632.123,41	441.497.690,11
5	Externa	19.795.950,18	19.391.022,01	22.983.064,26	26.207.314,68
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	9.932.396,91
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	132.042.603,87	235.645.106,69	154.960.630,89	23.273.256,86
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	207.978.484,41	279.496.205,79	184.135.864,08	140.949.262,19
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	75.935.880,54	43.851.099,10	29.175.233,19	117.676.005,33
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	344.775.322,82	234.101.595,62	328.654.556,78	454.364.144,84
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.701.431.283,65	2.788.463.034,72	2.784.627.601,12	2.795.910.026,63
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	17,65	16,85	17,37	17,08
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	12,76	8,40	11,80	16,25
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				3.355.092.031,96
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				3.019.582.828,76



ANEXO II
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Data-base : 31/Dezembro/2014 - 3º Quadrimestre

RGF - Anexo 2, (LRF, art. 55, Inciso I, alínea "b")

Valores em R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR (31/12/2013)	SALDO DO EXERCÍCIO (2014)		
		Até o 1º Quadrimestre (Jan a Abril)	Até 2º Quadrimestre (Maio a Agosto)	Até 3º Quadrimestre (Set a Dezembro)
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	477.637.401,70	475.327.275,35	475.342.048,10	596.301.947,42
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	467.705.004,79	465.394.878,44	465.409.651,19	572.863.161,16
Interna	441.497.690,11	436.628.621,60	436.595.076,94	532.242.035,66
Externa	26.207.314,68	28.766.256,84	28.814.574,25	40.621.125,50
Precatórios posteriores a 5/05/2000 (Inclusive) - Venc. e não Pagos	9.932.396,91	9.932.396,91	9.932.396,91	23.438.786,26
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)*	23.273.256,86	115.739.688,41	150.912.486,43	116.943.595,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	140.949.262,19	187.879.617,48	211.196.996,04	170.330.172,20
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (exceto Precatórios)	117.676.005,33	72.139.929,07	60.284.509,61	53.386.576,54
DIV. CONSOLID. LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	454.364.144,84	359.587.586,94	324.429.561,67	479.358.351,76
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.795.910.026,63	2.932.881.123,02	3.103.010.331,21	3.126.864.185,34
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	17,08%	16,21%	15,32%	19,07%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	16,25	12,26	10,46	15,33
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SEN FEDERAL : 120%	3.355.092.031,96	3.519.457.347,62	3.723.612.397,45	3.752.237.022,41
LIMITE DE ALERTA(Inciso III do p.1º do art.59 da LRF): 108%	3.019.582.828,76	3.167.511.612,86	3.351.251.157,71	3.377.013.320,17

Relatório de Gestão Fiscal

Prefeitura Municipal de Goiânia - GO (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2015

Período de referência: 3º quadrimestre

siconfi
 Sistema de Informações
 Contábeis e Fiscais
 do Setor Público Brasileiro
 TESOURO NACIONAL

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	596.301.947,42	600.877.458,80	637.782.004,80	642.130.707,88
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	572.863.161,16	577.438.872,54	614.323.218,34	631.549.535,49
Interna	532.242.035,66	522.913.885,63	521.208.886,39	503.881.428,66
Externa	40.621.125,50	54.524.986,91	93.114.331,95	127.668.106,83
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	23.438.786,26	23.438.786,26	23.438.786,26	10.581.172,37
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	116.943.595,66	113.488.463,84	105.583.432,97	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	170.330.172,20	248.215.018,10	209.341.310,32	189.431.342,16
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	53.386.576,54	132.726.654,28	103.777.877,35	307.244.500,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	479.358.351,76	487.388.994,96	532.198.571,83	642.130.707,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.126.864.185,34	3.198.270.106,57	3.214.476.865,35	3.325.052.386,22
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	19,07	18,79	19,84	19,31
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	15,33	15,24	16,58	19,31
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	3.752.237.022,41	3.837.924.127,88	3.857.372.238,42	3.990.082.863,48
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.377.013.320,17	3.454.131.715,10	3.471.636.014,58	3.591.056.577,12

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Goiânia - GO (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	709.219.767,23	717.584.950,41	708.500.191,24	944.476.731,10
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	702.447.705,16	710.812.888,34	701.728.129,17	934.160.458,37
Empréstimos	244.399.883,69	258.353.291,85	260.860.565,69	274.332.657,51
Internos	87.392.180,85	91.011.996,90	89.205.715,28	92.109.936,61
Externos	157.007.702,84	167.341.294,95	171.654.850,41	182.222.720,90
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	458.047.821,47	452.459.596,49	440.867.563,48	659.827.800,86
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias	392.262.141,12	386.481.645,25	374.939.924,22	457.477.773,65
De Demais Contribuições Sociais	65.785.680,35	65.977.951,24	65.927.639,26	202.350.027,21
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) Vencidos e Não Pagos	6.772.062,07	6.772.062,07	6.772.062,07	10.316.272,73
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	252.430.796,27	171.739.149,81	0,00
Disponibilidade de Caixa		252.430.796,27	171.739.149,81	
Disponibilidade de Caixa Bruta	229.007.254,59	494.699.244,35	398.005.101,16	266.621.488,24
(-) Restos a Pagar Processados	313.044.950,33	242.268.448,08	226.265.951,35	373.049.365,42
Demais Haveres Financeiros				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	709.219.767,23	465.154.154,14	536.761.041,43	944.476.731,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.897.640.322,10	3.819.532.470,12	3.874.557.962,07	3.890.423.014,79
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	18,20	18,79	18,29	24,28
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	18,20	12,18	13,85	24,28
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	4.677.168.386,52	4.583.222.964,14	4.649.469.554,48	4.668.507.617,75
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	4.209.451.547,84	4.124.900.667,73	4.184.522.599,04	4.201.656.855,97

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Goiânia - GO (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	642.306.518,38	631.463.110,53	618.918.581,80	709.219.767,23
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	631.549.535,49	620.708.127,84	608.159.598,91	702.447.705,16
Interna	503.881.428,86	494.739.118,86	489.878.558,85	545.440.002,32
Externa	127.668.106,83	125.967.008,78	118.283.042,26	157.007.702,84
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	10.758.982,89	10.758.982,89	10.758.982,89	6.772.062,07
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	0,00	113.792.980,55	128.119.910,52	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	189.431.501,98	310.842.112,38	303.820.369,48	229.007.254,59
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	307.244.500,53	197.049.121,83	177.700.458,96	313.044.950,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	642.306.518,38	517.670.119,98	492.798.671,28	709.219.767,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.325.052.388,22	3.542.443.952,25	3.794.592.427,41	3.897.640.322,10
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	19,32	17,83	16,31	18,20
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	19,32	14,81	12,99	18,20
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	3.980.082.883,46	4.250.932.742,70	4.553.510.912,89	4.677.168.386,52
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	3.591.056.577,12	3.825.839.468,43	4.088.159.821,80	4.209.451.547,84

ANEXO D -
APARECIDA DE GOIÂNIA

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.005.727/0001-24

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011120109212800103762

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	32.028.237,13	45.536.522,28	45.536.522,28	54.306.991,02
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	32.028.237,13	45.536.522,28	45.536.522,28	52.381.115,63
4	Interna	32.028.237,13	45.536.522,28	45.536.522,28	52.381.115,63
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	1.925.875,39
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	36.826.128,25	67.388.736,38	79.693.389,46	58.215.636,95
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	61.645.824,28	70.740.615,04	81.994.740,20	80.507.721,60
10	Demais Haveres Financeiros	2.129.405,76	5.967.504,44	10.441.650,85	3.839.105,36
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	26.949.101,79	9.319.383,10	12.743.001,59	26.131.190,01
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-4.797.891,12	-21.852.214,10	-34.156.867,18	-3.908.645,93
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	321.203.472,54	340.192.463,66	361.560.404,67	378.158.811,09
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	9,97	13,39	12,59	14,36
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-1,49	-6,42	-9,45	-1,03
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				453.790.573,31

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.005.727/0001-24

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2012050214202200103632

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	54.306.991,02	50.595.815,01	47.693.264,38	140.727.964,00
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	52.381.115,63	48.669.939,62	45.767.388,99	138.850.671,09
4	Interna	52.381.115,63	48.669.939,62	45.767.388,99	138.850.671,09
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.925.875,39	1.925.875,39	1.925.875,39	1.877.292,91
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	35.586.350,39	76.665.419,63	87.749.069,54	79.204.762,60
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	80.507.721,60	95.070.173,28	100.159.009,99	98.402.551,07
10	Demais Haveres Financeiros	3.839.105,36	6.878.586,41	10.675.473,71	2.759.983,01
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	48.760.476,57	25.283.340,06	23.085.414,16	21.957.771,48
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	18.720.640,63	-26.069.604,62	-40.055.805,16	61.523.201,40
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	372.477.878,33	412.712.216,80	431.107.218,75	475.477.026,27
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	14,58	12,26	11,06	29,60
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	5,03	-6,32	-9,29	12,94
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				570.572.431,52

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.005.727/0001-24

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013103109255400103266

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	156.994.134,39	156.994.134,39	156.994.134,39	162.447.506,05
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	156.994.134,39	156.994.134,39	156.994.134,39	162.447.506,05
4	Interna	156.994.134,39	156.994.134,39	156.994.134,39	162.447.506,05
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ⁴ = (9+10-11)	85.299.660,24	142.210.741,50	151.438.564,01	143.270.323,14
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	98.406.189,69	154.661.995,67	162.273.604,73	147.732.518,82
10	Demais Haveres Financeiros	2.762.459,77	7.007.239,06	7.462.217,09	363.978,75
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.868.989,22	19.458.493,23	18.297.257,81	4.826.174,43
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	71.694.474,15	14.783.392,89	5.555.570,38	19.177.182,91
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	473.941.944,15	523.077.345,96	551.672.228,35	574.697.717,07
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	33,13	30,01	28,46	28,27
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	15,13	2,83	1,01	3,34
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				689.637.260,48

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.005.727/0001-24

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014051417242800103157

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	162.447.506,05	158.627.461,68	154.414.435,98	140.405.405,63
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	162.447.506,05	158.627.461,68	154.414.435,98	137.407.279,33
4	Interna	162.447.506,05	158.627.461,68	154.414.435,98	137.407.279,33
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	2.998.126,30
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ⁴ = (9+10-11)	143.270.323,14	204.156.541,47	208.434.184,92	230.378.552,41
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	147.732.518,82	207.244.584,92	201.869.703,04	220.956.565,12
10	Demais Haveres Financeiros	363.978,75	4.922.948,65	14.062.401,48	15.236.273,15
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.826.174,43	8.010.992,10	7.497.919,60	5.814.285,86
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	19.177.182,91	-45.529.079,79	-54.019.748,94	-89.973.146,78
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	574.697.717,07	566.444.437,81	592.591.025,82	598.901.154,38
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	28,27	28,00	26,06	23,44
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	3,34	-8,04	-9,12	-15,02
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				718.681.385,26
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				646.813.246,73

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: APARECIDA DE GOIANIA/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.005.727/0001-24

Exercício: 2014


Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015012909050800103211

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")


R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	140.405.405,63	178.291.685,10	179.556.369,20	179.556.369,20
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	137.407.279,33	174.612.952,10	175.877.636,20	175.877.636,20
4	Interna	137.407.279,33	174.612.952,10	175.877.636,20	175.877.636,20
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.998.126,30	3.678.733,00	3.678.733,00	3.678.733,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)² = (9+10-11)	230.378.552,41	250.830.624,27	280.957.910,13	176.566.985,43
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	220.956.565,12	262.207.214,41	289.789.561,96	185.398.637,26
10	Demais Haveres Financeiros	15.236.273,15	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	5.814.285,86	11.376.590,14	8.831.651,83	8.831.651,83
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I- II)	-89.973.146,78	-72.538.939,17	-101.401.540,93	2.989.383,77
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	601.852.776,18	629.637.517,52	640.350.798,31	657.125.024,39
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	23,33	28,32	28,04	27,32
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-14,95	-11,52	-15,84	0,45
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				788.550.029,27
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				709.695.026,34

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Tesouro Nacional</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre	


RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	164.554.668,97	164.554.668,97	164.554.668,97	271.001.945,84
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	164.554.668,97	164.554.668,97	164.554.668,97	271.001.945,84
Interna	102.679.188,97	102.679.188,97	102.679.188,97	142.924.505,84
Externa	61.875.480,00	61.875.480,00	61.875.480,00	128.077.440,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos				
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	269.297.857,85	344.029.676,34	376.730.272,43	468.010.475,38
Disponibilidade de Caixa Bruta	186.815.511,14	259.381.730,83	296.686.701,67	370.878.102,68
Demais Haveres Financeiros	101.287.545,98	101.287.545,98	101.287.545,98	101.287.545,98
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	18.805.199,27	16.639.600,47	21.243.975,22	4.155.173,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-104.743.188,88	-179.475.007,37	-212.175.603,46	-197.008.529,54
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	669.093.524,36	708.437.110,00	732.490.090,98	745.330.970,14
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	24,97	23,23	22,47	36,36
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-15,89	-25,33	-28,97	-26,43
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	790.912.229,23	850.124.532,00	878.988.109,18	894.397.164,17
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	711.821.006,31	765.112.078,80	791.089.298,26	804.957.447,75

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
Período de referência: 3º quadrimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	271.001.945,84	285.849.011,88	258.284.830,22
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	271.001.945,84	285.849.011,88	258.284.830,22
Interna	0,00	142.924.505,84	142.924.505,84	142.198.130,22
Externa	0,00	128.077.440,00	142.924.505,84	114.088.500,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	484.755.242,75	510.817.088,98	635.027.372,12
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	331.812.437,08	357.134.880,58	330.859.749,25
Demais Haveres Financeiros	0,00	158.024.450,65	158.024.450,65	308.252.728,41
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	0,00	5.081.844,98	4.542.084,27	3.885.105,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	-213.753.296,91	-224.768.055,28	-378.762.741,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	285.383.464,37	585.399.880,02	878.994.368,37
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	0,00	91,75	48,83	29,22
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	-72,36	-38,40	-43,19
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	354.460.157,24	702.479.858,02	1.052.393.242,04
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	319.014.141,52	632.231.870,42	947.153.917,84

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOURO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Aparecida de Goiânia - GO (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	258.284.830,22	258.284.830,22	258.284.830,22	268.645.985,93
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	258.284.830,22	258.284.830,22	258.284.830,22	268.645.985,93
Empréstimos	184.414.119,81	184.414.119,81	184.414.119,81	192.921.594,31
Internos	70.345.619,81	70.345.619,81	70.345.619,81	86.809.177,69
Externos	114.068.500,00	114.068.500,00	114.068.500,00	106.112.416,62
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	68.621.537,12	68.621.537,12	68.621.537,12	73.220.610,99
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias	65.413.563,36	65.413.563,36	65.413.563,36	73.220.610,99
De Demais Contribuições Sociais	3.207.973,76	3.207.973,76	3.207.973,76	
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) Vencidos e Não Pagos	3.228.973,29	3.228.973,29	3.228.973,29	2.503.780,63
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	635.027.372,12	709.077.754,47	729.724.498,22	699.190.709,55
Disponibilidade de Caixa	326.774.643,71	400.825.026,06	421.471.769,81	425.624.272,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	330.659.749,25	415.356.710,25	435.969.783,64	440.101.728,86
(-) Restos a Pagar Processados	3.885.105,54	14.531.684,19	14.498.013,83	14.477.456,46
Demais Haveres Financeiros	308.252.728,41	308.252.728,41	308.252.728,41	273.566.437,15
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	876.994.368,37	890.054.573,90	894.184.658,97	923.497.630,27
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	29,22	28,79	28,66	29,09
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	1.052.393.242,04	1.068.065.488,88	1.073.021.590,76	1.108.197.156,32
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	947.153.917,84	961.258.939,81	965.719.431,69	997.377.440,69

ANEXO E -
ANÁPOLIS

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: ANAPOLIS/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.067.479/0001-46

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011022508354924300103

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	108.269.042,71	107.620.199,29	104.919.588,08	108.328.543,32
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	108.269.042,71	107.620.199,29	104.919.588,08	108.328.543,32
4	Interna	108.269.042,71	107.620.199,29	104.919.588,08	108.328.543,32
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	77.420.814,56	90.105.535,59	91.593.639,26	67.361.326,31
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	68.116.690,87	83.091.726,26	82.601.070,56	58.034.976,62
10	Demais Haveres Financeiros	9.988.517,52	10.050.226,83	11.946.240,33	11.946.240,33
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	684.393,83	3.036.417,50	2.953.671,63	2.619.890,64
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	30.848.228,15	17.514.663,70	13.325.948,82	40.967.217,01
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	367.373.554,70	387.123.949,36	417.957.573,75	440.921.831,49
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	29,47	27,80	25,10	24,57
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	8,40	4,52	3,19	9,29
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				529.106.197,79

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: ANAPOLIS/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.067.479/0001-46

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2012021412510200103366

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	100.670.082,31	97.969.956,75	90.714.270,69	92.759.827,79
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	100.670.082,31	97.969.956,75	90.714.270,69	92.759.827,79
4	Interna	100.670.082,31	97.969.956,75	90.714.270,69	92.759.827,79
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	67.361.326,31	68.478.629,55	67.145.196,09	58.895.690,79
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	58.034.976,62	63.852.426,23	61.811.306,14	56.053.837,52
10	Demais Haveres Financeiros	11.946.240,33	11.946.240,33	11.946.240,33	11.946.240,33
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.619.890,64	7.320.037,01	6.612.350,38	9.104.387,06
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	33.308.756,00	29.491.327,20	23.569.074,60	33.864.137,00
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	521.891.252,18	554.201.632,49	588.363.919,91	650.109.026,93
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	19,29	17,68	15,42	14,27
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	6,38	5,32	4,01	5,21
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				780.130.832,32

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: ANAPOLIS/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.067.479/0001-46

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013020616111000103158

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	93.300.606,24	84.347.378,63	79.670.840,12	89.777.428,11
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	93.300.606,24	84.347.378,63	79.670.840,12	89.777.428,11
4	Interna	93.300.606,24	84.347.378,63	79.670.840,12	89.777.428,11
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	58.895.690,79	58.243.294,32	59.635.680,04	45.213.923,35
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	56.053.837,52	72.529.969,55	60.926.487,35	59.657.316,30
10	Demais Haveres Financeiros	11.946.240,33	11.946.240,33	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	9.104.387,06	26.232.915,56	1.290.807,31	14.443.392,95
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	34.404.915,45	26.104.084,31	20.035.160,08	44.563.504,76
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	538.121.390,88	567.211.783,02	597.063.066,56	610.986.513,66
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	17,34	14,87	13,34	14,69
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	6,39	4,60	3,36	7,29
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				733.183.816,39

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: ANAPOLIS/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.067.479/0001-46

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014013108385100103599

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	98.434.770,51	94.106.595,43	88.855.338,72	95.239.210,70
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	98.434.770,51	94.106.595,43	88.855.338,72	95.239.210,70
4	Interna	98.434.770,51	94.106.595,43	88.855.338,72	95.239.210,70
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	45.213.923,35	80.834.432,82	68.130.856,05	61.289.958,39
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	59.657.316,30	87.334.029,74	73.292.869,51	75.178.640,40
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	14.443.392,95	6.499.596,92	5.162.013,46	13.888.682,01
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	53.220.847,16	13.272.162,61	20.724.482,67	33.949.252,31
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	610.986.513,66	629.130.112,08	640.556.879,93	669.440.260,38
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	16,11	14,96	13,87	14,23
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	8,71	2,11	3,24	5,07
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				803.328.312,46
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				722.995.481,21

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: ANAPOLIS/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 01.067.479/0001-46

Exercício: 2014


Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015020509035300103420

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	142.336.604,35	134.760.660,86	127.635.784,83	225.426.489,85
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	114.595.203,49	107.819.260,00	101.538.383,97	183.829.531,24
4	Interna	114.595.203,49	107.819.260,00	101.538.383,97	183.829.531,24
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	27.741.400,86	26.941.400,86	26.097.400,86	41.596.958,61
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)¹ = (9+10-11)	60.131.240,17	83.713.041,20	67.300.004,88	75.944.954,47
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	75.210.892,68	90.217.012,09	72.106.367,37	79.484.461,78
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.079.652,51	6.503.970,89	4.806.362,49	3.539.507,31
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	82.205.364,18	51.047.619,66	60.335.779,95	149.481.535,38
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	669.440.260,38	633.128.315,82	711.555.010,93	741.514.644,05
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	21,26	21,28	17,94	30,40
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	12,28	8,06	8,48	20,16
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				889.817.572,86
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				800.835.815,57

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>Tesouro Nacional</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Anápolis - GO (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	147.941.418,95	140.276.603,61	120.874.975,49	203.706.689,62
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	106.344.460,34	100.343.523,36	82.605.773,60	161.061.000,30
Interna	106.344.460,34	100.343.523,36	82.605.773,60	161.061.000,30
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	41.596.958,61	39.933.080,25	38.269.201,89	42.645.689,32
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	74.069.189,52	74.660.329,53	59.285.044,61	49.075.505,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	97.276.898,85	83.085.200,62	65.738.222,31	65.840.276,04
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.207.709,33	8.424.871,09	6.453.177,70	16.764.770,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	73.872.229,43	65.616.274,08	61.589.930,88	154.631.183,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	741.514.644,05	760.825.585,01	788.471.614,27	765.067.531,49
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	19,95	18,44	15,73	26,63
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	9,96	8,62	8,01	20,21
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	889.817.572,86	912.980.702,01	922.165.937,12	918.081.037,79
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	800.835.815,57	821.691.631,81	829.949.343,41	826.272.934,01

Relatório de Gestão Fiscal
 Prefeitura Municipal de Anápolis - GO (Poder Executivo)
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 CNPJ:
 Exercício: 2016
 Período de referência: 3º trimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	BALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	BALDO DO EXERCÍCIO DE 2018		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	203.790.118,95	193.498.945,64	184.276.789,44	231.329.130,95
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	161.144.429,63	155.686.433,76	151.297.455,00	115.373.886,98
Interna	161.144.429,63	155.686.433,76	151.297.455,00	115.373.886,98
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	42.645.689,32	37.812.511,88	32.979.334,44	115.955.243,97
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	48.513.710,30	102.421.107,46	89.383.324,68	39.720.864,30
Disponibilidade de Caixa Bruta	65.840.276,04	110.598.770,03	94.066.252,09	61.952.838,08
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	17.326.565,74	8.177.662,57	4.682.927,41	22.231.973,78
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	155.276.408,65	91.077.838,18	94.893.464,76	191.608.266,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	765.067.531,49	769.999.913,93	846.343.814,96	849.473.810,24
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	26,64	25,13	21,77	27,23
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	20,30	11,83	11,21	22,56
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	918.081.037,79	956.399.896,72	1.015.612.577,95	1.019.368.572,29
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	826.272.934,01	860.759.907,05	914.051.320,16	917.431.715,06

Relatório de Gestão Fiscal
 Prefeitura Municipal de Anápolis - GO (Poder Executivo)
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 CNPJ:
 Exercício: 2017
 Período de referência: 3º trimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	BALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	BALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	231.329.130,95	222.041.267,88	215.835.593,48	210.598.608,39
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	115.373.886,98	113.109.476,64	117.476.700,24	116.206.714,52
Empréstimos	115.373.886,98	113.109.476,64	117.476.700,24	116.206.714,52
Internos	115.373.886,98	113.109.476,64	117.476.700,24	116.206.714,52
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) Vencidos e Não Pagos	115.955.243,97	108.931.791,24	98.358.893,24	94.391.893,87
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	39.720.864,30	88.489.481,13	61.124.950,03	66.501.436,97
Disponibilidade de Caixa	39.720.864,30	88.489.481,13	61.124.950,03	66.501.436,97
Disponibilidade de Caixa Bruta	61.952.838,08	100.551.050,94	72.005.039,11	76.755.217,87
(-) Restos a Pagar Processados	22.231.973,78	12.061.569,81	10.880.089,08	10.253.780,90
Demais Haveres Financeiros				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	191.608.266,65	133.551.786,75	154.710.643,45	144.097.171,42
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	849.473.810,24	844.588.895,18	841.107.945,05	883.121.084,01
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	27,23	26,29	25,66	23,85
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	22,56	15,81	18,39	16,32
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	1.019.368.572,29	1.013.506.674,22	1.009.329.534,06	1.059.745.300,81
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	917.431.715,06	912.156.006,79	908.396.580,65	953.770.770,73

ANEXO F -
RIO VERDE

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: RIO VERDE/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 02.056.729/0001-05

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011081916331400103986

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	64.480.155,26	61.292.396,25	58.075.493,97	67.143.191,58
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	64.480.155,26	61.292.396,25	58.075.493,97	67.143.191,58
4	Interna	64.480.155,26	61.292.396,25	58.075.493,97	67.143.191,58
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	159.739.966,56	90.189.130,19	102.827.028,60	0,00
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	39.457.151,21	50.402.820,17	58.564.798,15	0,00
10	Demais Haveres Financeiros	124.599.517,79	40.552.850,76	44.802.767,79	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	4.316.702,44	766.540,74	540.537,34	0,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-95.259.811,30	-28.896.733,94	-44.751.534,63	67.143.191,58
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	217.626.706,44	236.067.252,70	254.440.531,68	306.246.012,26
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	29,63	25,96	22,82	21,92
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-43,77	-12,24	-17,59	21,92
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				367.495.214,71

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: RIO VERDE/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 02.056.729/0001-05

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2012032218363700103580

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	67.143.191,58	57.645.454,03	50.631.959,42	46.110.279,35
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	67.143.191,58	57.645.454,03	50.631.959,42	46.110.279,35
4	Interna	67.143.191,58	57.645.454,03	50.631.959,42	46.110.279,35
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	0,00	386.269.092,10	867.632.885,27	227.757.485,73
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	59.211.655,06	100.834.434,35	84.264.263,26
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	330.792.047,46	772.523.678,14	143.237.826,99
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	3.734.610,42	5.725.227,22	-255.395,48
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	67.143.191,58	-328.623.638,07	-817.000.925,85	-181.647.206,38
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	306.246.012,26	329.743.135,89	348.452.504,58	373.250.408,48
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	21,92	17,48	14,53	12,35
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	21,92	-99,66	-234,47	-48,67
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				447.900.490,18

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: RIO VERDE/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 02.056.729/0001-05

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013022714370400103596

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	64.538.240,59	63.640.587,72	62.441.696,53	56.851.451,34
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	64.538.240,59	63.640.587,72	62.441.696,53	56.851.451,34
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	196.383.626,51	204.987.784,34	205.313.574,59	202.861.614,56
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	87.152.764,26	85.434.731,13	81.562.288,98	80.561.808,69
10	Demais Haveres Financeiros	120.932.226,10	121.868.935,63	123.345.831,44	120.865.866,32
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.701.363,85	2.315.882,42	-405.454,17	-1.433.939,55
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-131.845.385,92	-141.347.196,62	-142.871.878,06	-146.010.163,22
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	373.250.408,48	384.881.614,42	415.753.014,98	444.958.402,51
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	17,29	16,54	15,02	12,78
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-35,32	-36,72	-34,36	-32,81
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				533.950.083,01

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: RIO VERDE/GO - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 02.056.729/0001-05

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014033116570700103205

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	57.147.485,74	53.326.972,19	50.043.438,20	46.668.312,44
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	57.147.485,74	53.326.972,19	50.043.438,20	46.668.312,44
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	208.584.230,38	238.095.953,03	247.886.280,22	255.300.049,80
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	94.235.561,53	125.207.301,50	133.540.908,91	136.990.848,38
10	Demais Haveres Financeiros	114.646.936,32	113.626.444,80	114.345.371,31	118.958.841,19
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	298.267,47	737.793,27	0,00	649.639,77
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-151.436.744,64	-184.768.980,84	-197.842.842,02	-208.631.737,36
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	449.130.090,05	455.793.666,35	461.381.234,96	479.831.142,54
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	12,72	11,70	10,85	9,73
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-33,72	-40,54	-42,88	-43,48
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				575.797.371,05
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				518.217.633,94

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rio Verde - GO (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	53.950.295,90	77.594.914,43	53.950.295,90	44.169.401,81
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	53.950.295,90	77.594.914,43	53.950.295,90	44.169.401,81
Interna	53.950.295,90	77.594.914,43	53.950.295,90	44.169.401,81
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	258.661.355,13	149.858.568,10	174.557.044,68	266.469.304,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	132.664.538,60	154.480.517,20	180.744.316,15	141.708.530,88
Demais Haveres Financeiros	126.743.786,09	-3.833.724,57	-5.412.891,23	125.168.606,82
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	746.969,56	788.224,53	774.380,24	407.832,77
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-204.711.059,23	-72.263.653,67	-120.606.748,78	-222.319.903,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	803.982.054,39	632.261.530,78	689.110.535,86	713.579.661,53
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	8,83	12,27	7,83	6,19
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-33,89	-11,43	-17,50	-31,16
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	724.754.465,27	758.713.836,94	826.932.643,03	856.295.593,80
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	652.279.018,74	682.842.453,24	744.239.378,73	770.666.034,50

Relatório de Gestão Fiscal
Prefeitura Municipal de Rio Verde - GO (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	44.169.401,81	42.237.902,41	39.469.828,30	54.821.089,49
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	44.169.401,81	42.237.902,41	39.469.828,30	54.821.089,49
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	32.030.855,78	30.099.356,38	27.331.282,27	48.724.582,77
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	30.687.132,06	28.755.632,66	25.987.558,55	48.361.137,50
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	1.343.723,72	1.343.723,72	1.343.723,72	363.445,27
Demais Dívidas Contratuais	12.136.531,24	12.136.531,24	12.136.531,24	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	2.349.986,53
Outras Dívidas	2.014,79	2.014,79	2.014,79	3.746.540,19
DEDUÇÕES (II)	147.392.157,63	173.006.968,83	182.640.913,71	159.237.626,45
Disponibilidade de Caixa	141.482.435,65	167.097.244,85	178.731.191,73	153.328.104,47
Disponibilidade de Caixa Bruta	141.708.530,88	175.524.313,56	187.244.707,88	154.946.532,73
(-) Restos a Pagar Processados	226.095,23	8.427.068,71	10.513.516,15	1.618.428,26
Demais Haveres Financeiros	5.909.721,98	5.909.721,98	5.909.721,98	5.909.721,98
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	678.974.263,79	728.456.055,08	737.922.565,91	749.060.420,42
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	6,52	5,81	5,35	7,32
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	812.369.116,55	871.747.266,10	885.507.079,09	898.872.504,50
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	731.132.204,89	784.572.539,49	796.956.371,18	808.965.254,05

ANEXO G -
CAMPO GRANDE

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.501.509/0001-06

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011040115153082600103

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	209.898.134,55	211.806.466,60	224.894.200,17	227.725.306,34
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	209.898.134,55	211.806.466,60	224.894.200,17	227.725.306,34
4	Interna	178.736.069,40	178.300.284,53	188.070.708,82	185.756.604,56
5	Externa	31.162.065,15	33.506.182,07	36.823.491,35	41.968.701,78
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	247.425.348,32	345.849.766,28	308.873.557,49	275.061.938,05
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	234.418.871,05	339.175.748,30	299.631.684,18	270.939.967,72
10	Demais Haveres Financeiros	13.923.581,11	12.529.646,48	15.123.464,43	6.667.859,26
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	917.103,84	5.855.628,50	5.881.591,12	2.545.888,93
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-37.527.213,77	-134.043.299,68	-83.979.357,32	-47.336.631,71
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.292.730.151,49	1.363.997.925,51	1.406.718.635,62	1.469.966.765,07
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	16,24	15,53	15,99	15,49
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-2,90	-9,83	-5,97	-3,22
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				1.763.960.118,08

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.501.509/0001-06

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2012013016244896900103

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	227.725.306,34	221.749.586,99	217.481.124,98	230.999.085,12
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	227.725.306,34	221.749.586,99	217.481.124,98	230.999.085,12
4	Interna	185.756.604,56	179.911.223,30	172.977.196,81	179.331.969,81
5	Externa	41.968.701,78	41.838.363,69	44.503.928,17	51.667.115,31
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	275.061.938,05	420.062.658,43	394.471.557,31	373.850.010,80
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	270.939.967,72	413.097.826,21	389.851.514,50	363.693.103,34
10	Demais Haveres Financeiros	6.667.859,26	13.839.307,90	11.491.238,49	12.413.219,83
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.545.888,93	6.874.475,68	6.871.195,68	2.256.312,37
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-47.336.631,71	-198.313.071,44	-176.990.432,33	-142.850.925,68
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.469.966.765,07	1.577.566.857,20	1.656.912.261,34	1.797.367.485,26
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	15,49	14,06	13,13	12,85
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-3,22	-12,57	-10,68	-7,95
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				2.156.840.982,31

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.501.509/0001-06

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013013118581900103080

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	230.999.085,12	251.992.397,32	291.259.537,05	305.709.664,19
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	230.999.085,12	251.992.397,32	291.259.537,05	305.709.664,19
4	Interna	179.331.969,81	197.479.279,45	226.817.524,81	237.821.544,49
5	Externa	51.667.115,31	54.513.117,87	64.442.012,24	67.888.119,70
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	373.850.010,80	542.582.217,01	483.841.195,82	249.079.000,79
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	363.693.103,34	531.764.019,55	475.920.209,79	246.309.776,86
10	Demais Haveres Financeiros	12.413.219,83	14.314.217,38	11.391.002,35	4.488.382,75
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.256.312,37	3.496.019,92	3.470.016,32	1.719.158,82
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-142.850.925,68	-290.589.819,69	-192.581.658,77	56.630.663,40
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.797.367.485,26	1.924.408.758,68	2.012.980.968,36	2.084.204.859,46
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	12,85	13,09	14,47	14,67
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-7,95	-15,10	-9,57	2,72
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				2.501.045.831,35

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.501.509/0001-06

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014020311280300103664

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	305.709.664,19	296.905.432,29	327.156.785,63	326.553.852,32
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	305.709.664,19	296.905.432,29	327.156.785,63	326.553.852,32
4	Interna	237.821.544,49	233.539.195,13	251.638.501,46	247.723.454,47
5	Externa	67.888.119,70	63.366.237,16	75.518.284,17	78.830.397,85
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	249.079.000,79	613.633.478,43	578.029.198,36	418.351.496,05
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	246.309.776,86	617.700.257,92	573.740.136,21	399.183.490,48
10	Demais Haveres Financeiros	4.488.382,75	5.519.814,39	13.693.391,24	25.237.321,69
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.719.158,82	9.586.593,88	9.404.329,09	6.069.316,12
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	56.630.663,40	-316.728.046,14	-250.872.412,73	-91.797.643,73
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.084.204.859,46	2.113.851.593,62	2.153.596.307,45	2.150.046.943,04
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	14,67	14,05	15,19	15,19
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	2,72	-14,98	-11,65	-4,27
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				2.580.056.331,65
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				2.322.050.698,48

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: CAMPO GRANDE/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.501.509/0001-06

Exercício: 2014


Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015013019102700103806

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")


R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	326.553.852,32	323.151.815,52	319.068.859,64	364.611.434,10
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	326.553.852,32	323.151.815,52	319.068.859,64	364.611.434,10
4	Interna	247.723.454,47	250.467.050,12	248.568.328,20	278.825.592,95
5	Externa	78.830.397,85	72.684.765,40	70.500.531,44	85.785.841,15
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)¹ = (9+10-11)	418.351.496,05	655.411.166,48	545.280.258,68	392.923.223,35
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	399.183.490,48	658.796.247,34	539.773.432,60	381.341.597,27
10	Demais Haveres Financeiros	25.237.321,69	6.378.450,61	15.109.362,46	11.720.376,57
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.069.316,12	9.763.531,47	9.602.536,38	138.750,49
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-91.797.643,73	-332.259.350,96	-226.211.399,04	-28.311.789,25
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.150.046.943,04	2.240.223.150,00	2.320.061.420,53	2.382.747.308,67
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	15,19	14,42	13,75	15,30
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-4,27	-14,83	-9,75	-1,19
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				2.859.296.770,40
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				2.573.367.093,36

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Tesouro Nacional</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
Período de referência: 3º quadrimestre	


RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrao

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	364.611.434,10	396.051.482,81	468.846.543,70	491.375.627,25
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	364.611.434,10	396.051.482,81	468.846.543,70	491.375.627,25
Interna	278.825.592,95	304.295.429,55	357.060.554,47	375.718.397,44
Externa	85.785.841,15	91.756.053,26	111.785.989,23	115.657.229,81
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	392.923.223,35	463.970.542,87	383.196.086,86	371.860.260,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	381.341.597,27	515.384.154,58	422.550.841,72	397.400.036,82
Demais Haveres Financeiros	11.720.376,57	4.495.331,77	3.517.035,98	3.503.998,16
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	138.750,49	55.908.943,48	42.871.790,84	29.043.774,30
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-28.311.789,25	-67.919.060,06	85.650.456,84	119.515.366,57
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.382.747.308,67	2.428.895.894,96	2.430.870.722,37	2.444.179.748,87
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	15,30	16,31	19,29	20,10
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-1,19	-2,80	3,52	4,89
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	2.859.296.770,40	2.914.663.073,95	2.917.044.866,84	2.933.015.698,64
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.573.367.093,36	2.623.196.766,55	2.625.340.380,16	2.639.714.128,78

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOUREIRO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
Período de referência: 3º trimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	491.375.627,25	410.366.121,36	394.871.683,26	453.279.177,87
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	491.375.627,25	410.366.121,36	394.871.683,26	453.279.177,87
Interna	375.718.397,44	309.306.504,65	302.258.961,26	363.485.143,45
Externa	115.657.229,81	101.059.616,71	92.612.722,00	89.794.034,42
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos				
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	371.860.260,68	493.793.447,79	463.093.709,89	423.455.176,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	397.400.036,82	507.635.028,71	460.721.251,95	384.703.142,61
Demais Haveres Financeiros	3.503.998,16	14.406.272,62	26.996.683,78	43.874.487,93
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	29.043.774,30	28.247.853,54	24.624.225,84	5.122.454,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	119.515.366,57	-83.427.326,43	-68.222.026,63	29.824.001,71
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.444.179.748,87	2.603.379.608,33	2.683.928.015,25	2.770.574.257,64
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	20,10	15,76	14,71	16,36
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	4,89	-3,20	-2,54	1,08
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	2.933.015.698,64	3.124.055.530,00	3.220.713.618,30	3.324.689.109,17
LIMITE DE ALERTA (Inclso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.639.714.128,78	2.811.649.977,00	2.898.642.256,47	2.992.220.198,25

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TESOUREIRO NACIONAL	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
Período de referência: 3º trimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	453.279.177,87	436.117.879,31	430.701.893,45	445.598.655,06
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	453.279.177,87	436.117.879,31	430.701.893,45	445.598.655,06
Empréstimos	453.279.177,87	436.117.879,31	430.701.893,45	445.598.655,06
Internos	363.485.143,45	351.315.989,58	346.913.614,71	352.031.864,13
Externos	89.794.034,42	84.801.889,73	83.788.278,74	93.566.790,93
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos				
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	423.455.176,16	569.278.892,90	505.016.582,78	486.027.591,85
Disponibilidade de Caixa	379.580.688,23	557.397.060,17	476.741.393,40	438.834.625,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	384.703.142,61	580.609.182,53	496.257.022,51	454.268.599,55
(-) Restos a Pagar Processados	5.122.454,38	23.212.122,36	19.515.629,11	15.433.974,02
Demais Haveres Financeiros	43.874.487,93	11.881.832,73	28.275.189,38	47.192.966,32
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	29.824.001,71	-133.161.013,59	-174.314.689,33	-140.428.936,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.770.574.257,64	2.719.571.501,68	2.818.996.236,28	3.005.957.385,59
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	16,36	16,04	15,28	14,82
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	1,08	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	3.324.689.109,17	3.263.485.802,02	3.382.795.483,54	3.607.148.862,71
LIMITE DE ALERTA (Inclso III do § 1º do art. 59 da LRF)	2.992.220.198,25	2.937.137.221,81	3.044.515.935,18	3.246.433.976,44

ANEXO H -
DOURADOS

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: DOURADOS/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.155.926/0001-44

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2013071109562100103455

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	41.515.810,00	40.409.690,00	44.756.910,00	47.855.820,00
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	41.515.810,00	40.409.690,00	44.756.910,00	47.855.820,00
4	Interna	41.515.810,00	40.409.690,00	44.756.910,00	47.855.820,00
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	70.753.340,00	91.762.270,00	97.602.010,00	84.319.210,00
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	69.867.280,00	89.728.520,00	97.341.440,00	97.858.720,00
10	Demais Haveres Financeiros	1.979.000,00	2.123.070,00	1.949.200,00	1.775.710,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.092.940,00	89.320,00	1.688.630,00	15.315.220,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-29.237.530,00	-51.352.580,00	-52.845.100,00	-36.463.390,00
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	315.786.470,00	332.607.280,00	341.516.030,00	357.330.110,00
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	13,15	12,15	13,11	13,39
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-9,26	-15,44	-15,47	-10,20
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				428.796.132,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: DOURADOS/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.155.926/0001-44

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2013071111300000103827

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	121.548.640,00	117.486.150,00	114.123.500,00	110.411.710,00
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	47.855.820,00	46.322.830,00	44.746.830,00	42.821.690,00
4	Interna	47.855.820,00	46.322.830,00	44.746.830,00	42.821.690,00
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Demais Dívidas	73.692.820,00	71.163.320,00	69.376.670,00	67.590.020,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	83.196.990,00	130.098.570,00	136.495.130,00	122.311.540,00
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	97.079.180,00	129.337.830,00	135.837.970,00	121.475.150,00
10	Demais Haveres Financeiros	1.749.440,00	1.742.070,00	1.545.050,00	1.596.960,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	15.631.630,00	981.330,00	887.890,00	760.570,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	38.351.650,00	-12.612.420,00	-22.371.630,00	-11.899.830,00
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	357.316.270,00	373.448.430,00	391.146.110,00	404.285.700,00
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	34,02	31,46	29,18	27,31
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	10,73	-3,38	-5,72	-2,94
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				485.142.840,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: DOURADOS/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.155.926/0001-44

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013102918542200103942

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	132.826.569,34	128.831.721,82	124.302.745,55	122.108.505,70
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	67.041.219,42	64.892.537,69	62.388.273,02	67.798.237,59
4	Interna	67.041.219,42	64.892.537,69	62.388.273,02	67.798.237,59
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	65.785.349,92	63.939.184,13	61.914.472,53	54.310.268,11
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	109.120.406,32	144.213.067,43	153.029.447,15	136.849.042,20
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	122.287.996,57	145.220.384,50	154.013.506,63	162.687.880,96
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	13.167.590,25	1.007.317,07	984.059,48	25.838.838,76
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	23.706.163,02	-15.381.345,61	-28.726.701,60	-14.740.536,50
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	384.999.005,09	424.290.685,32	438.833.216,78	466.881.541,39
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	34,50	30,36	28,33	26,15
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	6,16	-3,63	-6,55	-3,16
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%				560.257.849,67

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: DOURADOS/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.155.926/0001-44

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014041411575600103195

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	120.461.700,35	127.581.031,09	124.862.970,74	121.363.074,40
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	60.065.761,52	63.024.461,06	64.188.264,79	60.818.729,60
4	Interna	60.065.761,52	63.024.461,06	64.188.264,79	60.818.729,60
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	60.395.938,83	64.556.570,03	60.674.705,95	60.544.344,80
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	136.991.436,99	158.843.596,39	172.421.927,60	182.421.980,68
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	162.830.275,75	183.312.915,31	191.212.392,84	182.421.980,68
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	25.838.838,76	24.469.318,92	18.790.465,24	0,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-16.529.736,64	-31.262.565,30	-47.558.956,86	-61.058.906,28
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	446.170.928,03	490.658.680,20	505.154.546,36	521.992.408,69
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	27,00	26,00	24,72	23,25
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-3,70	-6,37	-9,41	-11,70
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				626.390.890,43
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				563.751.801,39

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

MUNICÍPIO: DOURADOS/MS - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 03.155.926/0001-44

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015020609303800103832

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	136.728.436,48	134.143.726,61	131.707.820,10	131.261.610,71
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	63.948.819,37	62.143.804,42	60.682.516,56	62.575.391,93
4	Interna	63.948.819,37	62.143.804,42	60.682.516,56	62.575.391,93
5	Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	72.779.617,11	71.999.922,19	71.025.303,54	68.686.218,78
8	DEDUÇÕES (II) = (9+10-11)	184.414.468,14	231.256.082,85	240.868.187,18	222.973.044,75
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	184.414.468,14	231.256.082,85	240.868.187,18	222.973.044,75
10	Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-47.686.031,66	-97.112.356,24	-109.160.367,08	-91.711.434,04
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	524.973.284,85	548.705.523,13	565.518.095,28	584.091.574,49
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	26,04	24,45	23,29	22,47
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-9,08	-17,70	-19,30	-15,70
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%				700.909.889,39
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%				630.818.900,45



Relatório de Gestão Fiscal
 Prefeitura Municipal de Dourados - MS (Poder Executivo)
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 CNPJ:
 Exercício: 2015
 Período de referência: 3º quadrimestre


RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	132.696.973,25	132.886.157,23	142.202.717,10	137.971.507,67
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	62.451.364,63	63.420.243,53	73.126.650,86	70.844.678,73
Interna	62.451.364,63	63.420.243,53	73.126.650,86	70.844.678,73
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos				
Outras Dívidas	70.245.608,62	69.465.913,70	69.076.066,24	67.126.828,94
DEDUÇÕES (II)	208.979.160,16	254.533.808,30	272.037.744,30	267.168.814,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	222.267.539,27	255.376.064,62	272.066.910,30	266.914.944,51
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	13.288.379,11	842.256,32	29.166,00	-253.870,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-76.282.186,91	-121.647.651,07	-129.835.027,20	-129.197.306,85
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	583.691.996,22	597.792.165,60	612.308.377,84	622.457.485,55
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	22,73	22,23	23,22	22,17
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-13,07	-20,36	-21,20	-20,76
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	700.430.395,46	717.350.598,72	734.770.053,41	746.948.982,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	630.387.355,92	645.615.538,85	661.293.048,07	672.254.084,39

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Tesouro Nacional	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Dourados - MS (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2016
Período de referência: 3º trimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	163.705.042,03	180.539.190,57	180.135.425,82	173.679.569,73
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	90.913.227,40	108.332.147,13	108.318.229,84	84.565.658,48
Interna	90.913.227,40	108.332.147,13	108.318.229,84	84.565.658,48
Externa				
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos				
Outras Dívidas	72.791.814,63	72.207.043,44	71.817.195,98	89.113.911,25
DEDUÇÕES (II)	253.250.487,07	332.980.497,05	343.154.984,80	302.555.496,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	266.227.183,35	334.503.471,17	343.393.298,10	302.786.306,47
Demais Haveres Financeiros				
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	12.976.696,28	1.522.974,12	238.313,30	230.809,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-89.545.445,04	-152.441.306,48	-163.019.558,98	-128.875.926,93
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	622.457.485,55	635.678.870,31	634.281.202,39	656.888.217,80
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	26,30	28,40	28,40	26,44
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-14,39	-23,98	-25,70	-19,62
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	746.948.982,66	762.814.644,37	761.137.442,87	788.265.861,36
LIMITE DE ALERTA (Inclso III do § 1º do art. 59 da LRF)	672.254.084,39	686.533.179,93	685.023.698,58	709.439.275,22

 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Tesouro Nacional	Relatório de Gestão Fiscal
	Prefeitura Municipal de Dourados - MS (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
Período de referência: 3º trimestre	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Trimestre	Até o 2º Trimestre	Até o 3º Trimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	173.679.569,73	168.456.679,97	163.522.160,83	166.469.255,93
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	173.679.569,73	168.456.679,97	163.522.160,83	166.469.255,93
Empréstimos	173.679.569,73	168.456.679,97	163.522.160,83	33.064.071,55
Internos	173.679.569,73	168.456.679,97	163.522.160,83	33.064.071,55
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	33.652.341,37
Internos				33.652.341,37
Externos				
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	99.752.843,01
De Tributos				12.503.865,10
De Contribuições Previdenciárias				87.248.977,91
De Demais Contribuições Sociais Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	302.721.484,85	358.728.554,79	378.709.000,23	369.977.791,07
Disponibilidade de Caixa	302.721.484,85	358.728.554,79	378.709.000,23	369.977.791,07
Disponibilidade de Caixa Bruta	302.786.306,47	360.770.542,25	378.780.052,38	369.674.931,52
(-) Restos a Pagar Processados	64.821,62	2.041.987,46	71.052,15	-302.859,55
Demais Haveres Financeiros				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	82.541.799,47	694.874.449,93	685.017.044,72	682.606.578,14
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	210,41	23,24	23,87	24,39
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	99.050.159,36	833.849.339,92	822.020.453,66	819.127.893,77
LIMITE DE ALERTA (Inclso III do § 1º do art. 59 da LRF)	89.145.143,43	750.464.405,92	739.818.408,30	737.215.104,39

ANEXO I -
DISTRITO FEDERAL

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

ESTADO: DISTRITO FEDERAL - PODER

CNPJ: 00.394.601/0001-26

Exercício: 2010

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2010

CVA: 2011022815475000103452

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	3.371.574.770,69	3.685.887.140,50	3.893.979.006,65	4.043.685.744,54
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	1.998.816.022,29	2.119.806.724,76	2.215.642.925,37	2.278.695.910,54
4	Interna	1.626.293.086,15	1.693.989.508,35	1.730.579.820,32	1.789.260.728,70
5	Externa	372.522.936,14	425.817.216,41	485.063.105,05	489.435.181,84
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.257.844.245,56	1.457.825.370,90	1.566.380.321,36	1.665.877.244,92
7	Demais Dívidas	114.914.502,84	108.255.044,84	111.955.759,92	99.112.589,08
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	1.593.997.090,49	2.235.888.197,69	2.687.024.908,84	1.961.924.752,53
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	1.752.056.298,48	2.120.990.435,25	2.544.494.883,20	1.928.470.516,04
10	Demais Haveres Financeiros	105.547.761,46	146.961.115,40	142.530.025,64	124.349.810,52
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	263.606.969,45	32.063.352,96	0,00	90.895.574,03
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	1.777.577.680,20	1.449.998.942,81	1.206.954.097,81	2.081.760.992,01
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.254.998.540,21	10.412.832.936,90	10.952.735.947,45	11.485.148.499,11
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	32,88	35,40	35,55	35,21
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	17,33	13,93	11,02	18,13
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%				22.970.296.998,22

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

ESTADO: DISTRITO FEDERAL - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 00.394.601/0001-26

Exercício: 2011

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

CVA: 2012021017470400103342

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	4.043.685.744,54	4.100.759.499,85	4.120.446.487,08	4.234.211.614,68
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	2.377.808.499,62	2.421.725.913,86	2.432.856.569,42	2.542.054.727,41
4	Interna	1.888.373.317,78	1.940.013.742,86	1.921.298.504,98	1.933.169.937,02
5	Externa	489.435.181,84	481.712.171,00	511.558.064,44	608.884.790,39
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.665.877.244,92	1.679.033.585,99	1.687.589.917,66	1.692.156.887,27
7	Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	1.961.924.752,53	2.616.461.611,59	3.035.677.032,39	2.187.352.487,15
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	1.928.470.516,04	2.518.334.760,91	2.925.039.115,37	2.242.497.583,27
10	Demais Haveres Financeiros	124.349.810,52	121.571.291,57	110.637.917,02	99.888.425,25
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	90.895.574,03	23.444.440,89	0,00	155.033.521,37
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	2.081.760.992,01	1.484.297.888,26	1.084.769.454,69	2.046.859.127,53
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.485.148.499,11	11.756.723.469,64	12.328.889.143,82	12.859.741.832,57
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	35,21	34,88	33,42	32,93
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	18,13	12,63	8,80	15,92
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (200,00%)				25.719.483.665,14

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

ESTADO: DISTRITO FEDERAL - PODER

CNPJ: 00.394.601/0001-26

Exercício: 2012

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

CVA: 2013020518333400103916

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2012		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	4.234.211.614,68	4.211.431.301,05	4.295.144.523,11	4.430.824.187,59
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	2.542.054.727,41	2.511.646.457,55	2.595.359.679,61	2.731.039.344,09
4	Interna	1.933.169.937,02	1.905.472.828,43	1.939.490.969,75	2.085.005.042,01
5	Externa	608.884.790,39	606.173.629,12	655.868.709,86	646.034.302,08
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.692.156.887,27	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)' = (9+10-11)	2.187.352.487,15	2.944.650.419,22	3.597.274.143,81	2.997.893.114,43
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.242.497.583,27	2.842.900.505,94	3.172.485.979,35	2.357.824.146,63
10	Demais Haveres Financeiros	99.888.425,25	102.089.960,50	425.128.211,68	765.192.771,58
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	155.033.521,37	340.047,22	340.047,22	125.123.803,78
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	2.046.859.127,53	1.266.780.881,83	697.870.379,30	1.432.931.073,16
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.859.741.832,57	13.401.452.370,32	13.758.410.783,49	14.312.436.247,00
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	32,93	31,43	31,22	30,96
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	15,92	9,45	5,07	10,01
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200,00%				28.624.872.494,00

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

ESTADO: DISTRITO FEDERAL - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 00.394.601/0001-26

Exercício: 2013

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

CVA: 2014041513261200103732

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	4.430.824.187,59	4.391.905.517,67	4.588.727.293,30	4.613.207.272,59
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	2.731.039.344,09	2.692.120.674,17	2.888.942.449,80	2.913.422.429,09
4	Interna	2.085.005.042,01	2.073.165.501,49	2.171.787.594,77	2.225.759.307,24
5	Externa	646.034.302,08	618.955.172,68	717.154.855,03	687.663.121,85
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II)' = (9+10-11)	2.997.893.114,43	3.195.329.062,54	3.446.648.685,42	2.069.240.348,16
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	2.357.824.146,63	2.756.265.100,46	2.983.094.195,13	1.650.448.305,49
10	Demais Haveres Financeiros	765.192.771,58	442.437.337,27	463.554.490,29	532.474.674,42
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.123.803,78	3.373.375,19	0,00	113.682.631,75
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	1.432.931.073,16	1.196.576.455,13	1.142.078.607,88	2.543.966.924,43
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.312.436.247,00	14.725.862.459,20	15.415.018.656,44	15.811.905.452,74
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	30,96	29,82	29,77	29,18
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	10,01	8,13	7,41	16,09
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%				31.623.810.905,48
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%				28.461.429.814,93

**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

ESTADO: DISTRITO FEDERAL - PODER EXECUTIVO

CNPJ: 00.394.601/0001-26

Exercício: 2014

Período de referência: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014.

CVA: 2015020618345800103306

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CAMPO	DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
			Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
1	DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I) = (2+3+6+7)	4.620.378.402,48	4.717.524.013,95	4.759.065.941,07	5.075.662.907,07
2	Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Dívida Contratual = (4+5)	2.920.593.558,98	3.017.739.170,45	3.059.281.097,57	3.375.878.063,57
4	Interna	2.232.930.437,13	2.371.859.641,51	2.421.272.662,62	2.639.698.516,69
5	Externa	687.663.121,85	645.879.528,94	638.008.434,95	736.179.546,88
6	Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50
7	Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
8	DEDUÇÕES (II) ¹ = (9+10-11)	2.069.240.348,16	2.456.383.473,91	2.824.697.378,47	1.456.738.870,35
9	Disponibilidade de Caixa Bruta	1.650.448.305,49	1.932.524.935,06	2.287.183.115,91	1.028.601.692,33
10	Demais Haveres Financeiros	532.474.674,42	531.355.781,95	544.782.352,37	537.223.079,60
11	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	113.682.631,75	7.497.243,10	7.268.089,81	109.085.901,58
12	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	2.551.138.054,32	2.261.140.540,04	1.934.368.562,60	3.618.924.036,72
13	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	15.811.905.452,74	16.324.875.462,60	16.802.787.775,63	17.504.269.623,87
14	% da DC sobre a RCL (I/RCL)	29,22	28,90	28,32	29,00
15	% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	16,13	13,85	11,51	20,67
16	LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 200%				35.008.539.247,74
17	LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%				31.507.685.322,97

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>Tesouro Nacional</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Governo do Distrito Federal (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2015
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios | Padrão

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	5.075.662.907,07	5.429.242.197,72	5.674.466.354,17	5.930.582.624,70
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.375.878.063,57	3.729.467.354,22	3.974.681.510,67	4.230.797.781,20
Interna	2.639.698.516,69	2.909.382.938,00	2.990.204.788,52	3.204.563.675,44
Externa	736.179.546,88	820.074.416,22	984.476.722,15	1.026.234.105,76
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50	1.699.784.843,50
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.456.738.870,35	2.357.106.270,58	2.127.106.346,92	1.272.632.678,14
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.028.601.692,33	1.824.944.925,10	1.534.227.513,86	1.919.671.239,40
Demais Haveres Financeiros	537.223.079,60	578.132.046,21	619.517.200,58	609.813.039,83
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	109.085.901,58	46.970.700,73	26.638.367,52	1.256.851.601,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	3.618.924.036,72	3.072.135.927,14	3.547.360.007,25	4.657.949.946,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	17.504.269.623,87	18.155.900.421,97	18.291.933.023,84	18.461.481.002,45
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	29,00	29,90	31,02	32,12
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	20,67	16,92	19,39	25,23
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	35.008.539.247,74	36.311.800.843,94	36.583.866.047,68	36.922.962.004,90
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	31.507.685.322,97	32.680.620.759,55	32.925.479.442,91	33.230.665.804,41

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	BALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	BALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.562.967.883,60	7.160.530.072,60	7.150.309.463,68	7.281.735.426,60
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	4.538.717.755,62	3.695.938.083,11	3.678.923.780,97	3.677.820.749,13
Interna	3.512.483.649,86	2.806.440.853,72	2.851.556.306,44	2.871.025.960,43
Externa	1.026.234.105,76	889.497.229,39	827.367.474,53	806.794.788,70
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos	3.024.250.127,98	3.464.591.989,49	3.471.385.682,71	3.603.914.677,47
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	1.047.918.874,87	2.493.435.629,76	2.337.630.454,00	1.338.795.548,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.387.343.077,51	1.888.168.452,35	1.683.138.662,84	1.605.542.167,83
Demais Haveres Financeiros	609.768.427,45	647.461.283,81	690.847.127,00	719.542.776,08
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	949.192.630,09	42.194.106,40	36.355.335,84	986.289.395,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	6.515.049.008,73	4.667.094.442,84	4.812.679.009,68	5.942.939.878,20
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	18.461.481.002,45	18.891.180.516,45	19.381.862.334,93	19.881.229.932,90
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	40,97	37,90	36,89	36,63
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	35,29	24,71	24,83	29,89
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	200,00	200,00	200,00	200,00
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	180,00	180,00	180,00	180,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Estados, DF e Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	BALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	BALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	7.281.735.426,60	7.557.521.327,66	7.612.647.743,35	7.843.030.767,81
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.677.820.749,13	3.907.442.679,54	3.921.950.081,66	4.071.334.989,40
Empréstimos	3.454.725.159,23	3.686.830.816,22	3.700.208.954,86	3.849.355.844,83
Internos	2.647.930.370,53	2.908.918.786,43	2.944.778.139,07	3.075.542.218,07
Externos	806.794.788,70	777.912.029,79	755.430.815,79	773.813.626,76
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	179.419.216,89	181.429.571,02	184.268.404,66	186.207.537,53
Internos	179.419.216,89	181.429.571,02	184.268.404,66	186.207.537,53
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	43.676.373,01	39.182.282,30	37.472.722,14	35.771.607,04
De Tributos	4.678.312,62	4.273.419,43	4.287.306,27	4.309.648,17
De Contribuições Previdenciárias	38.998.060,39	34.908.872,87	33.185.415,87	31.461.958,87
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuals	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) Vencidos e Não Pagos	3.603.914.677,47	3.650.078.648,12	3.690.697.661,69	3.771.695.778,41
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.111.059.435,89	2.789.421.644,10	2.536.140.079,73	844.363.219,63
Disponibilidade de Caixa	391.472.617,01	2.007.656.860,11	1.752.025.007,38	64.473.687,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.619.293.589,61	2.059.121.001,85	1.791.518.112,85	1.751.577.653,33
(-) Restos a Pagar Processados	1.227.820.972,60	51.464.141,74	39.493.105,47	1.687.103.966,06
Demais Haveres Financeiros	719.586.818,88	781.764.783,99	784.115.072,35	779.889.532,36
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	6.170.675.990,71	4.768.099.683,56	5.076.507.663,62	6.998.667.548,18
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.881.229.932,90	20.246.990.082,16	20.551.146.013,92	20.719.829.099,23
% da DC sobre a RCL (II/RCL)	36,63	37,33	37,04	37,85
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	31,04	23,55	24,70	33,78
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	39.762.459.665,80	40.493.980.164,32	41.102.292.027,84	41.439.658.198,46
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	35.786.213.879,22	36.444.582.147,89	36.992.662.825,06	37.295.692.378,61